

143

**Patrimônio Cultural,
diversidade, e comunidades**

Pedro Paulo A. Funari e Aline Carvalho

Primeira Versão

Primeira Versão é uma publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas, ou ainda, são 'papers' apresentados em reuniões fora do âmbito do IFCH. *Primeira Versão* está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e os originais deverão ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações

FICHA TÉCNICA

Diretor: Profa. Dra. Nádia Farage

Diretor Associado: Prof. Dr. Sidney Challoub

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Prof. Sidney Chalhoub

Coordenação da Coleção Idéias:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida

Coordenação da Coleção Trajetórias:

Prof. Dr. Álvaro Bianchi

Coordenação das Coleções Seriadadas:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira

Coordenação das Coleções Avulsas:

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Coordenação da Coleção Clássicos:

Profa. Dra. Nádia Farage

Representantes dos Departamentos:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida – DH

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF

Prof. Dr. Álvaro Bianchi – DCP

Profa. Dra. Guita Grin Debert – DA

Prof. Dr. Jesus José Ranieri – DS

Representantes dos funcionários do Setor de Publicações e Gráfica:

Maria Cimélia Garcia e Sebastião Rovaris.

Representantes discentes:

Vinícius Rezende (pós-graduação)

Gabrieli Simões (graduação)

Setor de Publicações:

Maria Cimélia Garcia – Maria Aparecida Palma de Lima – Hilda Sigala Pereira

Gráfica:

Marcílio Cesar de Carvalho, Marcos J. Pereira, Cleusa L. C. Schetini, Samuel Ferreira e Marcelo Santos Bolla.

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 – Campinas – SP

Tel. (019) 3521.1604 / 3521.1603 – Fax: (019) 35210121

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

Capa – Composição e Diagramação – Revisão – Impressão – Divulgação
IFCH/UNICAMP

PATRIMÔNIO CULTURAL, DIVERSIDADE E COMUNIDADES

Organização:
Pedro Paulo A. Funari*
e Aline Carvalho**

Apresentações do Volume

O presente volume *“Patrimônio Cultural, diversidade e comunidades”* tem como objetivo apresentar textos que fomentem discussões sobre múltiplas facetas das questões patrimoniais no Brasil e no Mundo. Os artigos aqui reunidos abordam tanto os aspectos mais teóricos sobre o próprio conceito de patrimônio, como temas ligados às práticas cotidianas relativas à temática; entre elas, por exemplo, a questão da comercialização de bens patrimoniais. Todos os artigos que se seguem foram apresentados em congressos e tiveram suas publicações vinculadas em outros periódicos. O ineditismo desta *Primeira Versão* encontra-se justamente na articulação dos textos e na acessibilidade do presente volume.

Voltado a alunos de graduação e outros interessados em adentrar na discussão sobre patrimônio, esta *Primeira Versão* foi composta por três textos. Como ponto de partida para pensarmos os conceitos de patrimônio e diversidade, apresentamos o artigo “Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão”, escrito pelos

* Pedro Paulo A. Funari (Professor Titular do Departamento de História – IFCH/ UNICAMP. Email: ppfunari@uol.com.br)

** Aline Vieira de Carvalho (Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Pública – NEPAM/Unicamp. Email: alinev81@gmail.com)

organizadores do presente volume. Em seguida, com a narrativa “*Quieta non Movere: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural*”, escrito por Lúcio Menezes Ferreira, professor doutor da Universidade Federal de Pelotas, expandimos os debates para relações entre a Arqueologia – que serve como ponto exemplar do funcionamento do poder acadêmico na sociedade como um todo – e as comunidades. Por fim, encerramos o volume com a proposta de examinar os status político e simbólico do patrimônio cultural subaquático e os usos e abusos sofridos por esse patrimônio no Brasil. Esta reflexão é realizada a partir do artigo “Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil”, escrito por Gilson Rambelli, professor doutor da Universidade Federal do Sergipe.

Esperamos, assim, que esse volume possa propiciar a reflexão sobre o patrimônio cultural brasileiro e, também, a ação voltada para a valorização da diversidade, do diálogo e da democracia.

Pedro Paulo Funari e Aline Carvalho

PATRIMÔNIO E DIVERSIDADE: ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO¹

Pedro Paulo A. Funari e

Aline Carvalho

Como tratar do patrimônio, no final da primeira década do século XXI? Diante deste desafio, não pudemos deixar de refletir sobre o tema da diversidade. Desde as últimas décadas do século passado, a variedade humana e ambiental passou a constituir um tema de reflexão de primeira grandeza, assim como de prática política e acadêmica. Isto não foi casual, mas o resultado das transformações sociais profundas, que levaram à emergência de interesses os mais variados, voltados para o respeito e valorização de um valor humano essencial: o respeito às escolhas. Como veremos nestas breves linhas, patrimônio e diversidade transcendem parâmetros tradicionais e relacionam um tema aparentemente abstruso, como o patrimônio, às lides sociais quotidianas.

Em 2005, na Palestra de Abertura do Colóquio Franco-Brasileiro sobre a diversidade cultural², o até então presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Antonio Augusto A. Neto declarou: “a diversidade é o principal bem do Patrimônio Cultural da Humanidade” (Arantes: 2005). A diversidade, para o autor, permite a elaboração e a construção da diferença e da própria identidade, conceitos que norteiam as relações humanas compostas por conflitos e negociações. Mas como seria possível compreender a diversidade como

¹ Trabalho apresentado no IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE IFCH/ UNICAMP, 2008.

² Evento realizado pelo IPHAN em cooperação com a Biblioteca Nacional da França, nos dias 13 e 14 de Outubro de 2005, em Paris.

um patrimônio? Para refletirmos sobre a questão é necessário entender a dimensão histórica do próprio conceito de patrimônio cultural.

As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “àquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken* significa “pensar”) e aos antepassados, implícitos na “herança”. Ao lado destes termos subjetivos e afetivos, que ligam as pessoas aos seus reais ou supostos precursores, há, também, uma definição mais econômica e jurídica, “propriedade cultural”, comum nas línguas românicas (cf. em italiano, *beni culturali*), o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma “propriedade”. Como a própria definição de “propriedade” é política, “a propriedade cultural é sempre uma questão política, não teórica”, ressaltava Carandini (1979: 234).

No final da década de 1980, Joachim Hermann (1989: 36) sugeriu que “uma consciência histórica é estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitetônicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência históricos”. Não há identidade sem memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também” (Ballart 1997: 43). Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura

material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. Deveríamos, entretanto, procurar encarar estes artefatos como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e a-históricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração (Potter s. d.).

A leitura da diversidade cultural em monumentos arqueológicos e arquitetônicos, ou mesmo naquilo que consideramos patrimônios intangíveis, também possui historicidade. A compreensão da diversidade cultural como patrimônio, e mesmo as identificações dessa diversidade na materialidade, é uma escolha política, produzida dentro de determinados contextos históricos e que inspira reflexões. O silenciar das leituras acerca da diversidade, seja na cultura material ou em outras formas de expressão humana, auxiliaram a consolidação de regimes totalitários e até mesmo o extermínio daqueles que eram considerados “fora de um padrão desejável”, sendo, por tudo isso, uma experiência traumática para a história da humanidade (Henning: 1995; Olivier: 2005).

Neste viés interpretativo, podemos compreender a declaração de Antonio Augusto A. Neto como uma postura política alinhavada a uma tendência mundial orientada pela Unesco. Esta organização, no ano de 2002, publicou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Como outros textos da Instituição, a Declaração é considerada como um referencial para a organização das sociedades humanas (Lafer: 2008) que, apesar de serem entendidas como diversas, são concebidas a partir de valores universalistas. A Declaração sobre a Diversidade Cultural reafirma a cultura como o

“conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de

valores, as tradições e as crenças” (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural)

Para uma interação considerada harmoniosa entre as culturas – um dos objetivos que alimenta a existência da própria Organização das Nações Unidas e, portanto da Unesco –, a Declaração sinaliza para a valorização da diversidade cultural. Uma das formas indicadas pela Unesco para a concretização dessa valorização encontra-se no próprio patrimônio cultural,

“Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas” (Artigo 7 – (O patrimônio cultural, fonte da criatividade. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural).

A experiência brasileira a esse respeito, no entanto, nem sempre caminha em direção ao princípio acima estabelecido. Podemos relembrar as comemorações de 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral nas terras que mais tarde se configurariam como o Brasil. Naquela ocasião, o jurista Joaquim Falcão afirmou, com tristeza, que o “patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casa grande” (Funari e Pellegrini 2006: 7). A manipulação oficial do passado, incluindo-se o gerenciamento do patrimônio, levava à criação e celebração de memórias bastante específicas. Como resumiu Antônio Augusto Arantes (1990: 4):

“o patrimônio brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não

fosse o fato de que os grupos sociais o re-elaboram de maneira simbólica”.

Como alternativa ao distanciamento entre a sociedade e seus diversos patrimônios e a consolidação das políticas da diversidade como um patrimônio, a Educação patrimonial apresenta-se como um excelente campo de ação. Não se almeja atribuir à sociedade um conhecimento enciclopédico sobre quais são seus patrimônios, datas de fundação, autores, características físicas, entre outros dados. Ao contrário, a Educação patrimonial deve agir no sentido de, democraticamente, construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios. Esses diálogos devem ser elaborados para “permitir a realização de conexões entre a vida cotidiana das pessoas com o processo histórico relatado. Devem providenciar instrumentos para a reflexão” (Vargas e Sanoja 1990:53). Assim, cada grupo social torna-se capaz de atribuir significados ao próprio patrimônio e ao bem público como um todo. Tem-se um cidadão crítico pronto para a preservação e, principalmente, para transformação tanto de seu entorno como da sociedade.

Dentro do campo da Educação Patrimonial, a Arqueologia pode desenvolver ações que permitam a atribuição de significados à cultura material e aos patrimônios individuais e coletivos. Em outubro de 1990, o Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS) publicou a Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. O texto, redigido de forma bastante genérica e direcionado aos profissionais da área, almejava compor alguns parâmetros e diretrizes para a proteção específica dos vestígios arqueológicos considerados patrimônios.

A definição usada para o patrimônio arqueológico na Carta é bastante ampla. No texto, o patrimônio arqueológico é destacado como composto por patrimônios materiais passíveis de serem lidos ou

analisados pela Arqueologia (ICAHM, 1990). De acordo com o texto, o patrimônio arqueológico engloba:

“(...) las huellas de la existencia del hombre y se refiere a los lugares donde se ha practicado cualquier tipo de actividad humana, a las estructuras y los vestigios abandonados de cualquier índole, tanto en la superficie, como enterrados, o bajo las aguas, así como al material relacionado con los mismos.(...)” (ICAHM, 1990)

Composta por nove artigos, a Carta traz referências específicas ao campo que hoje denominamos como Arqueologia Pública. Em primeiro lugar, o texto afirma que a proteção do patrimônio arqueológico deve ser compreendida como obrigação moral e de responsabilidade coletiva (ICAHM, 1990). É dado aos Estados a incumbência de providenciar fundos para embasar as atividades de proteção do patrimônio. A proteção efetiva e cotidiana, no entanto, é responsabilidade do Estado, mas, também, de toda a sociedade.

Para o envolvimento da sociedade nesta tarefa considerada moral, a Carta estabelece a necessidade de prover o público geral de informações acerca do patrimônio. Não são definidos os moldes da Educação patrimonial. A Carta indica que as especificidades locais devem ser sempre respeitadas e, por isso, não existem fórmulas para ação de preservação e de educação. O único imperativo proposto pelo texto é o de que o passado deve ser mostrado como multifacetado (ICAHM, 1990).

Parte-se do pressuposto, na Carta, de que só é possível preservar o patrimônio através do conhecimento e da afeição. Ao mostrar um passado múltiplo, composto por diversas identidades e passível de muitas interpretações, seria possível criar um número maior de aproximações entre a sociedade no presente e as imagens do passado, representadas pelo patrimônio. Para a Carta, com a identificação pressupõem-se a preservação.

Contudo, não é sempre que existe a possibilidade de valorização de um imenso leque de identidades relacionadas aos patrimônios, sejam eles arqueológicos ou não. O patrimônio, que é composto por um conjunto de bens de ordem material e imaterial, faz referências às identidades e memórias de diferentes grupos sociais (Soares: 2005). O que pode ser importante e gerador de afeição para um determinado grupo de pessoas, não necessariamente causa a mesma comoção em outro grupo social. Neste sentido, convém a pergunta: seria possível a preservação de um patrimônio por parte de pessoas que não se reconhecem nele?

As respostas à questão são complexas e dividem os especialistas. Dentro dos princípios estabelecidos pela Unesco, é possível afirmar que sem a Educação Patrimonial poucas mudanças referentes à própria cidadania serão implantadas. Por isso, acredita-se, dentro dos princípios da Arqueologia Pública Democrática, que é preciso construir junto com as comunidades o conceito de patrimônio e de bem público. Apenas quando esses conceitos tiverem sentido para os indivíduos será possível alcançar uma preservação efetiva dos patrimônios, sejam eles de quaisquer espécies. O indivíduo precisa compreender que esse patrimônio é importante para alguém. Para Funari e Bastos,

“através da educação patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do patrimônio cultural” (Bastos e Funari 2008: 1131).

São desafios importantes, para todos os que se interessam pelo patrimônio como instrumento para a justiça social. Se isto é relevante em qualquer situação, tanto mais no contexto brasileiro e latino-americano, caracterizado por regimes de força até recentemente (Carvalho e Funari 2009). Uma abordagem pluralista do patrimônio

contribui, desta forma, para uma a construção de uma sociedade mais aberta à diversidade.

Agradecimentos

Agradecemos a Josep Ballart, Andrea Carandini, Cristóbal Gnecco, Sandra Akemi Shimada Kishi, Nick Merriman, Laurent Olivier, Charles E. Orser, Jr., Mario Sanoja, Inês Virgínia Prado Soares, Iraida Vargas. Devemos mencionar o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, FAPESP, CNPq e World Archaeological Congress. A responsabilidade pelas idéias restringe-se aos autores.

Bibliografia

- Arantes, A. A. 1990. La Preservación del Patrimonio como Práctica Social. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- Arantes, A. A. 2005. "Patrimônio e Produção Cultural". Disponível no site: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=382>. Acesso em: 20/06/2009.
- Bastos, R. L.; Funari, P. P. A, 2008. "Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage". Handbook of South American Archaeology. Silverman, Helaine e Isbell, William H. (orgs). New York: Springer. 1127-1133.
- Ballart, Josep. 1997. El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso. Barcelona: Ariel.
- Byrne, D. 1991. Western hegemony in archaeological heritage management. History and Anthropology 5, 269-276.
- Carvalho, A.V.; Funari, P. P. A. 2009. A importância da Arqueologia Forense na construção das memórias perdidas nos períodos

- ditatoriais latino-americanos. In *Memória e Verdade, A justiça de transição no estado democrático brasileiro*, Inês Virgínia Prado Soares, Sandra Akemi Shimada Kishi (eds). Belo Horizonte: Fórum 341-355.
- Carandini, A. 1979. *Archeologia e Cultura Materiale*. Dai 'lavori senza gloria' nell'antichità a una politica dei beni culturali. Bari: De Donato.
- Cruz, M. 1997. Após 80 anos, achado comporá acervo de museu; guardados por décadas em armário, fragmentos arqueológicos ficarão expostos em Chavantes. *O Estado de São Paulo*, November 11, A 22.
- Durham, E. 1984. Texto II. In *Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural*, A.A. Arantes (ed.) São Paulo: Brasiliense 23-58.
- Durrans, B. 1992. Behind the scenes. Museums and selective criticism. *Anthropology Today* 8, 4, 11-15.
- Fernandes, J. R. O. 1993. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. *Revista Brasileira de História* 13 (25/26) 265-276.
- Funari, P. P. A. 1996f. Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. *Historical Archaeology in Latin America* 12 1-13.
- Funari, P. P. A. 1996e. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. In *Raízes da América Latina*, F. L. N. de Azevedo, J. M. Monteiro (eds) São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp. 535-546.
- Funari, P. P. A. 1995a. A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. *Idéias* 27 37-42.

- Funari, P. P. A. 1994b. Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil. In *The Presented Past, Heritage, museums and education*, P. G. Stone, B. L. Molineaux (eds), London: Routledge 120-136.
- Funari, P. P. A. 1991. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. *Estudos Ibero-Americanos* 17 61-71.
- Funari, P. P. A. forthcoming. Historical Archaeology in South America. In *International Handbook of Historical Archaeology*, T. Majewski, C. E. Orser, Jr. (eds). New York: Plenum Press.
- García, J. 1995. Arqueología colonial en el área maya. Aspectos generales y modelos de estudio. *Revista Española de Antropología Americana* 25 41-69.
- Gnecco, C. 1995. Práxis científica en la periferia: notas para una historia social de la Arqueología colombiana. *Revista Española de Antropología Americana* 25, 9-22.
- Grammont, G. 1998. Reflexões à beira de uma cratera. *Estado de Minas, Pensar*, January 10, 3-4.
- Gussiye, J.; García, J. s.d. Los primeros templos cristianos en el área maya. Barcelona, unpublished typescript 1545-1585.
- Haas, J. 1996. Power, objects, and a voice for anthropology. *Current Anthropology* 37, supplement, S1-S22.
- Henning, H. 1995. "Archaeology in Nazi Germany: the legacy of the Faustian bargain". In *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. Kohhl, Philip L; Fawcett, Clare (eds), Cambridge University Press: 70-81.
- Hermann, J. 1989. World Archaeology – The world's cultural heritage. In *Archaeological Heritage Management in the Modern World*, H. F. Cleere (ed). London: Unwin Hyman 30-37.

- Hudson, K. 1994. The Great European Museum: the museum one cannot avoid and does not need to enter. *Institute of Archaeology Bulletin* 31, 53-60.
- Ianni, O. 1988. *Uma Cidade Antiga*. Campinas: Editora da Unicamp.
- ICAHM. Carta Internacional para la Gestión del Patrimônio Arqueológico, 1990. Disponível no site: http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm. Acesso em: 23/01/2009.
- Jones, A. L. 1993. Exploding canons: the anthropology of Museum. *Annual Review of Anthropology* 22, 201-220.
- Lafer, C. 2008. “Declaração Universal dos direitos humanos”. *História da Paz*. Magnoli, D (org). São Paulo: Contexto.
- Leite, P. M. 1996. No túnel da História. *Veja*, January 31, 102-104.
- Lira, A. 1997. Museu tem cara nova e acervo comprometido. *Estado de Minas*, June 22, 42.
- Merriman, N. 1996. Understanding heritage. *Journal of Material Culture* 1, 3, 377-386.
- Munari, L. A. S. 1995. Surpresas de ‘Óculum’. *Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas*, September 4, 2.
- Olivier, L. 2005. “A Arqueologia do 3º Reich e a França: notas para servir ao estudo da “Banalidade do Mal” em Arqueologia”. In: *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*, FUNARI, P. P. A.; ORSERJR, C.; SCHIAVETTO, S. N. O. (orgs). São Paulo: Annablume-Fapesp, 167-195.
- Orser, C. E. 1994. Toward a global historical archaeology: an example from Brazil. *Historical Archaeology* 28, 5-22.
- Orser, C. E. 1996. *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York: Plenum.

- Orser, C. E.; Funari, P. P. A. 1992. Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. *Estudos Ibero-Americanos* 18, 53-69.
- Potter, Jr. P. B. d. Appropriating the victor by addressing the second person. Unpublished typescript.
- Reis Filho, N. G. 1978. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Rocha, P. 1997. Saqueadores do Patrimônio, Roubo de arte sacra mobiliza Iphan, Polícia Federal e Interpol para inibir ação dos 'colecionadores'. *Estado de Minas*, August 3, 40.
- Rússio, W. 1984. Texto III. In *Produzindo o Passado*, A. A. Arantes (ed). São Paulo: Brasiliense 59-95.
- Soares, F. C. 2005. "Experiências educativas". *Educação patrimonial: Perspectivas*. Milder, S. E. S. (org). Santa Maria (UFSM): Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas.
- Schwarcz, L. M. 1989. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1, S. Miceli (ed). São Paulo: Ideps. 20-71.
- Serra, O. 1984. Questões de identidade cultural. In *Produzindo o Passado*, A. A. Arantes (ed). São Paulo: Brasiliense 97-123.
- UNESCO, 2002. Declaração Universal sobre a diversidade cultural. Disponível no site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 22/01/2009.
- Vargas, I.; Sanoja, M. 1990. Education and the political manipulation of History in Venezuela. In *The Excluded Past* MacKenzi, R.; Stone, P. (eds). London: Unwin, 50-60.

QUIETA NON MOVERE: ARQUEOLOGIA COMUNITÁRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

*Lúcio Menezes Ferreira**

“O mar da História é agitado.
As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las.
Rompê-las ao meio, cortando-as,
Como uma quilha corta as ondas”
(Maiakovski. E então, que quereis...?, 1927)

Arqueologia comunitária significa envolver a população local nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural (Marshall 2002: 211). Ela tem sido extensivamente descrita como uma nova teorização sobre as relações entre o passado e o presente, a pesquisa arqueológica e o público (Simpson & William 2008). Conceituaram-na, ainda, como um modo de impulsionar a “Arqueologia vista de baixo” (“*Archaeology from below*”) (Faulkner 2000). Concretizá-la, como tentarei demonstrar nesse artigo, é lidar com negociações de identidades culturais.

Requer, desse modo, instalar-se no centro dos conflitos sociais. Pois, ao falarmos em identidades culturais, nada é mais falso do que o adágio clássico do liberalismo: *quieta non movere* – não se deve tocar no que está quieto (Foucault 2004: 3). Se as instituições estão em repouso, se nada se abala ou subleva, se não há descontentamento ou

* Professor bolsista de produtividade do CNPq da Universidade Federal de Pelotas – email: luciomenezes@uol.com.br.

revolta, deixemos tudo como está. Entretanto, no tocante à definição de identidades culturais, sobretudo quando elas se reportam à Arqueologia e ao patrimônio cultural, nada está quieto, mas em ebulição. Elas se movem em mar agitado. Não transcendem o mundo cotidiano, mas sim infundem noções de governamentalidade e inculcam normas para o governo de populações (Bhabha 1994). São, portanto, fontes perenes de combatividade.

Assim, argumento aqui que a Arqueologia comunitária, como uma das vertentes da pesquisa arqueológica mundial, está constantemente sob fogo cruzado. Primeiro, porque ela (e o mesmo aplica-se aos demais campos de trabalho em Arqueologia) não pode furtar-se de um legado duradouro: as relações históricas que a disciplina manteve com o nacionalismo e o colonialismo. Segundo, porque ela, para firmar-se como gênero de pesquisa, deve enfrentar as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural. Contudo, seus métodos, que apresentarei no tópico final deste artigo, podem trazer uma série de benefícios, tanto para as comunidades quanto para a interpretação arqueológica.

Equação da Distância e Gramática da Pertença

A Arqueologia comunitária percorre a esteira do movimento crítico aos modelos normativos de cultura, que definem identidades culturais como estanques e ontologicamente fechadas. Insere-se na margem oposta das correntezas políticas que constituíram historicamente a Arqueologia. Herdeira do nacionalismo e do imperialismo do século XIX (Díaz-Andreu 2007), a Arqueologia esteve a serviço do Estado (Kohl & Fawcett 1995, Fowler 1987). A Arqueologia institucionalizou-se vocalizando identidades nacionais. Por meio da cultura material, forneceu matéria-prima palpável para a elaboração de símbolos nacionais e vinculações ancestrais (Atkinson

et alli 1996). Estabeleceu as regras de uma gramática da pertença, incutindo nas comunidades o sentimento de pertencimento a uma nação e a um território nacional.

A Arqueologia também foi prolífico instrumento do colonialismo. Sem dúvida, ao lado do nacionalismo e do imperialismo, o colonialismo esteve entre os mais importantes fatores estruturais da Arqueologia (Trigger 1984). As pesquisas arqueológicas foram entusiasticamente endossadas pelas potências coloniais da Europa por meio da organização de museus e explorações científicas (Lyons & Papadopoulos 2002: 2). Compassadas com os levantamentos topográficos e descrições geográficas, as pesquisas arqueológicas adentraram o “Coração das Trevas”; timbraram os territórios nativos com a noção de *terra nullius* (terras que não pertencem a ninguém), isto é, classificando-os como espaços plenamente selvagens, demograficamente vazios, esparsamente povoados por grupos “bárbaros” e “primitivos” (Wobst 2005). O que permitiu concebê-los como sujeitos de evicção de Direito, legitimando-se, assim, o colonialismo (Patterson 1997).

Como diria Johannes Fabian (1983), os contatos entre arqueólogos e antropólogos metropolitanos e comunidades do mundo colonial caracterizaram-se pela “negação da contemporaneidade”: os povos nativos, como Outro cultural, foram colocados num tempo diferente àquele do observador, que seria representante do progresso e da evolução; essa equação da distância redundou na classificação dos povos nativos como essencialmente “primitivos” e congelados no tempo. Durante o século XIX e mesmo até meados dos anos 1950, essa taxonomia fundou-se, ademais, nas escavações arqueológicas. Pois os depósitos arqueológicos “mostravam” que os ancestrais dos atuais “primitivos” usavam, basicamente, os mesmos tipos de ferramentas e organizavam-se em estruturas sociais fundamentalmente semelhantes.

Um dos baluartes dessa interpretação foi John Lubbock (1843-1913). Em seu clássico *The Prehistoric Times* (1865), Lubbock, ao lançar os conceitos de paleolítico e neolítico, não apenas classificou

os períodos da Pré-História em entidades tecnológicas; estipulou também uma continuidade cultural entre grupos pré-históricos e os do presente, enfatizando que os indígenas da América, por exemplo, ainda fabricavam ferramentas paleolíticas ou neolíticas e que, portanto, estagnaram-se no tempo (cf., p. ex: Lubbock 1865: 446, 540, 542). Nesta visão, os povos nativos ainda viveriam em plena Era paleolítica ou neolítica. Segundo Tony Bennet (2004), os museus, com suas coleções arqueológicas e etnográficas arranjadas em série, exibiam para o público europeu exatamente esse tempo congelado; plasmavam a imagem de uma primitividade fossilizada, lidimando a noção de “missão civilizadora” e o governo colonial. Daí os museus do século XIX, como já observaram Tim Barringer e Tom Flyn (1997), erigirem-se como expressões espaciais, culturais e sociais da expansão dos impérios.

A Arqueologia Clássica, por sua vez, foi fundamental para ampliar a equação da distância entre “primitivos” e “civilizados”. Ela cimentou os alicerces da noção de Ocidente como lugar politicamente hegemônico em relação às outras regiões do globo. Estipulando uma idéia de “longa duração”, a de que os europeus seriam herdeiros diretos (e diletos) de gregos e romanos, ou seja, de povos que no passado foram imperiais e alastraram seus dotes culturais apolíneos mundo afora, a Arqueologia Clássica articulou-se diretamente às ambições imperiais da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos; açulou a segregação “racial” e a dominação colonial, naturalizando a “supremacia” e a “superioridade” do Ocidente (Bernal 1987, Hingley 2000).

Como diria Aimé Césaire em seu *Discurso sobre o Colonialismo* (1977 [1955]), se o mundo colonial foi onde essas idéias mais se experimentaram, a Europa também saboreou seu travo amargo. O fascismo e o nazismo vividos pela Europa seriam, para Césaire, o efeito escorpião do colonialismo europeu. A Europa bebera do veneno das teorias do racismo científico que destilava ativamente no ultramar. A Arqueologia dos regimes totalitários mostra a justeza do raciocínio

de Césaire. Seja nas pesquisas pioneiras de Bettina Arnold (1996), ou nos diversos estudos de caso reunidos numa obra recente (Legendre *et alli* 2007), vemos como os financiamentos em Arqueologia Clássica e Arqueologia Pré-Histórica figuraram maciçamente nas políticas culturais da Alemanha e de partidos nazistas de outros países da Europa, como a Dinamarca. A Arqueologia tornou-se agente das idéias expansionistas, do anti-semitismo e da pródiga criação de símbolos nacionalistas.

É Possível Esquivar-se dos Conflitos?

Os séculos XIX e XX não se encerraram propriamente. É verdade que assistimos, pelo menos desde o final do século XX, a um deslocamento na economia dos poderes mundiais: o Estado-nação possivelmente não é mais o único foco de onde o poder emana e a dominação mundial provavelmente não se espraia mais como uma rede lançada por um específico centro imperial (Gilroy 2008, Hardt & Negri 2001). Contudo, há uma imensa literatura a discutir como as grandes estruturas coloniais, deslocadas após a Segunda Guerra Mundial, ainda exercem considerável influência cultural e política no presente (cf., p. ex: Hall 1996, MacLeod 2000, Moore-Gilbert 2000). Não surpreende, portanto, que diversas idéias da Arqueologia Nazista ainda vigorem no mundo contemporâneo, como os museus a céu aberto. Exposições sobre Arqueologia pré-histórica permanecem conformando identidades nacionais em países nórdicos (Levy 2006). Ruínas e artefatos da Grécia seguem fabulando a imaginação nacional local e conformando a identidade cultural da Europa (Hamilakis 2007).

Pode dizer-se, portanto, que o passado nacionalista e colonialista da Arqueologia não é fogo morto; é fogo cruzado que continua se propagando pelo mundo contemporâneo (Gosden 1999). Representações coloniais ainda povoam, como afirma Martin Hall, as interpretações

contemporâneas sobre a cultura material dos “países periféricos” (Hall 2000). É que a Arqueologia nunca está desvinculada de liames políticos (Champion 1991) e é sempre premida pelos movimentos e conflitos sociais (Wood & Powell 1993).

Gostaria de dar alguns exemplos de como o trabalho arqueológico requer necessariamente posicionar-se em meio aos conflitos contemporâneos e, nos casos mais extremos, entre os disparos da guerra e da destruição programada e sistemática do patrimônio cultural. Com efeito, o patrimônio cultural, estudado e interpretado pelos arqueólogos, está sempre subsumido a políticas de representação. Dito de outro modo: como índice da formulação da auto-imagem de uma nação ou de um grupo étnico, o patrimônio cultural é periodicamente selecionado, re-selecionado, revisado, dispensado e, muitas vezes, intencionalmente destruído. Daí ele ser um poderoso símbolo dos conflitos sociais.

Assim, em 1992, nacionalistas hindus, estribando-se em resultados de escavações arqueológicas, demoliram mesquitas na Índia, sob a justificativa de que elas se erigiram sobre os vestígios de seus legendários heróis. Sérvios e croatas, durante a guerra da Iugoslávia, destruíram-se não apenas com armas de fogo, mas também simbolicamente, cada qual demolindo os monumentos de seus respectivos oponentes (Layton & Thomas 2001). A herança arqueológica da porção inglesa de Camarões, que incluiu edifícios históricos e sítios pré-históricos, é programaticamente abandonado e descurado pelo governo francófilo do país (Mbunwe-Samba 2001). Durante uma das mais cruentas fases da guerra civil na Libéria, em 2003, o Museu Nacional local foi dilapidado. Em 2008, iniciaram-se os trabalhos de restauração do Museu, pois, na concepção do atual governo liberiano, a instituição testemunhava parte da política cultural e da memória oficial que o Presidente Ellen Johnson-Sirleaf planejou pessoalmente (Rowlands 2008).

Certamente esses exemplos são radicais e extremados. Mas, de todo modo, o passado é sempre confrontado: o patrimônio cultural, mesmo em contextos de miséria ocasionados por guerra civil, integra as deliberações e anseios públicos, como é o caso, hoje, em Serra Leoa (Basu 2008). E mesmo que saíamos das paisagens despedaçadas pelas guerras civis, observaremos que as comunidades preocupam-se com os resultados das pesquisas arqueológicas e com as subseqüentes representações do patrimônio cultural tecidas por elas. Os indígenas do território amazônico, no Brasil, exercem pressão crescente sobre arqueólogos e órgãos públicos, manifestando ansiedade quanto ao destino dos artefatos e aos usos do conhecimento arqueológico (Neves 2006: 74). Na Bolívia, os movimentos indígenas contra a exploração do gás natural pelas multinacionais inspiram-se em visões arqueológicas alternativas do passado, avessas às interpretações que os classificam como refratários à modernidade (Kojan & Angelo 2005). Numa palavra, vários grupos indígenas, cujas pletóricas Histórias foram cobertas por estereótipos e políticas coloniais, lutam pela auto-gestão de seus patrimônios culturais e pela repatriação arqueológica (Sillar 2005, Simpson 2001, Colley 2002, Funari 2001; Ferreira 2009).

Difícilmente, portanto, nos esquivaremos dos conflitos ao fazermos pesquisas arqueológicas. Se nada está quieto, é preciso efetivamente confrontar o passado e interferir criticamente, junto com as comunidades, nos processos de constituição de identidades culturais que a Arqueologia inevitavelmente promove. Para tanto, é necessário que defrontemos, inicialmente, as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural.

As Ambivalências do Patrimônio Cultural

É possível afirmar que, depois de 2001, adquirimos uma mais acurada e aguda consciência do caráter seletivo que norteia as políticas

de representação do patrimônio. Dois eventos marcaram esse ano: a destruição de numerosos artefatos, incluindo-se duas gigantescas estátuas budistas, no Afeganistão, e o ataque ao *World Trade Center*, ambos perpetrados pelo regime Taliban. Segundo Lynn Meskell (2002), as estátuas budistas representavam, para o Taliban, um sítio de *memória negativa* – o ato iconoclasta visava a conjurar a lembrança monumental da diferença religiosa no Afeganistão, cujas marcas o Taliban desejava apagar das linhas oficiais da identidade nacional que acalentava. Ainda conforme Lynn Meskell, para boa parte da mídia, dos arqueólogos e profissionais do patrimônio no Ocidente, o ato iconoclasta representou, por sua vez, uma *herança negativa* – uma cicatriz permanente na memória, a lembrar os males do fundamentalismo e da intolerância, as perversidades da ortodoxia política e da violência simbólica.

A herança negativa foi invocada novamente a propósito do *World Trade Center*. Meses após o ataque, selecionou-se o lixo e os despojos oriundos das torres gêmeas para uma exposição pública na *Smithsonian Institution*, o Museu Nacional dos Estados Unidos, com sede em Washington. Criou-se, por meio dos destroços – pastas de executivo retorcidas, telas de computador e móveis queimados e em frangalhos –, uma memória oficial da tragédia, manipulando-se, ou tentando-se manipular, a dor dos parentes das vítimas e do público em geral (Shanks *et all.* 2004).

A manipulação da herança negativa aciona um mecanismo político retrospectivo, uma marcha à ré que reativa as engrenagens das memórias do imperialismo oitocentista. Como diria Edward Said (1978), as Humanidades, no século XIX, pintaram o Oriente como cenário do “exótico”, da barbárie e do despotismo; elas cavaram uma trincheira, um fosso geopolítico onde se repartiram as “diferenças ontológicas” entre Ocidente e Oriente, entre “nós” e os “outros”. As reações à implosão das estátuas budistas, e principalmente a exposição na *Smithsonian Institution*, evidencia como a representação das diferenças entre Ocidente e o Oriente pode ainda ser politicamente eficaz. Afinal,

ela atuou em conjunto no clima de propaganda intensiva que ajudou a legitimar a guerra contra o Afeganistão e, posteriormente, contra o Iraque.

Sítios de memória e herança negativas. Pode-se falar também, complementando-se os conceitos de Lynn Meskell, em sítios de *herança positiva* – uma reedição das pesquisas arqueológicas colonialistas, acionando-se as estratégias de pilhagem de artefatos e a fabricação de uma identidade ocidental remetendo-a a sítios onde viveram “grandes civilizações”. A Guerra contra o Iraque exemplifica o conceito de herança positiva. Além da morte de civis e da destruição de edifícios, as coleções mesopotâmicas – de “grandes civilizações”, portanto – existentes no Iraque foram “resgatadas” como botim de guerra. O caso mais famoso foi a invasão do exército dos Estados Unidos ao Museu do Iraque, em 2003. Ainda recentemente, em maio de 2007, um militar do exército dos Estados Unidos, empunhando um documento da embaixada de seu país e comandando uma tropa, entrou à força no Museu do Iraque. O intuito era empossar-se da instituição e de suas valiosas coleções, emblemas da “História da civilização ocidental” (Al-Hussainy Matthews 2008).

As ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural residem exatamente nos modos de produção de sítios de herança negativa ou positiva. Eles são construídos na bigorna onde se forjam os processos de seleção da cultura material e as subseqüentes representações arqueológicas do passado ou do presente. Pode-se simplesmente selecionar o lixo do *World Trade Center* para montar-se uma exposição; uma espécie de reciclagem de arte pós-moderna, que com despojos e fragmentos descartáveis compõe mosaicos imperialistas e arranjos de alteridade, modelando a memória para reforçar divisões geopolíticas e ilustrar o huttingtoniano “choque de civilizações”. Não é novidade que o arqueólogo tradicionalmente trabalha com o lixo, com os restos deixados por outras sociedades e que se depositaram nos arquivos da terra. Se o lixo tem e pode ter valor simbólico, também os

artefatos e monumentos, por meio dos quais se interpreta e representa o passado ou o presente, apontam significativamente para as escolhas seletivas que constituirão o patrimônio cultural.

Isso fica claro, por exemplo, nas discussões dos arqueólogos especializados em restauro de artefatos. Em seu trabalho rotineiro, o arqueólogo restaurador altera fisicamente os artefatos em nome da preservação. Foca-se, em geral, nos métodos físico-químicos para a preservação dos artefatos (Cf., p. ex: Applebaum 1987, Caldararo 1987), e não nas culturas que no-los criaram e continuam, algumas vezes, a usá-los. Esse índice seletivo da conservação arqueológica é devotado a garantir a longevidade e essência dos artefatos (cf., p. ex: Silverm & Parezo 1992). Contudo, a escolha sobre o que e como conservar, como diz Glenn Wharton (2005), afeta irremediavelmente nossa percepção sobre a cultura material exibida nos museus. Por meio de suas intervenções, o arqueólogo restaurador imprime os valores e padrões ocidentais na cultura material dos povos indígenas (Johnson 1993, 1994). Instauro, portanto, suas próprias premissas culturais nos artefatos, perpetuando-as. Como afirma Miriam Clavir (1996), o resultado destes critérios unilaterais e seletivos da conservação arqueológica é que os povos indígenas e, de um modo mais abrangente, as comunidades locais, são majoritariamente alijadas dos processos de interpretação e das políticas de representação do patrimônio cultural (Clavir 1996).

Poder-se-ia com razão argumentar que não há como restaurar um artefato sem adulterá-lo. Ou ainda, como o faz Cornelius Holtorf (2006), que destruição não é antítese de preservação e da idéia mesma de patrimônio cultural, tanto mais na “Era do terrorismo”. Mas tal argumento essencializa as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural, como se perda e destruição lhes fossem naturais e inerentes, e não produtos das escolhas de *como preservar e para quem preservar*. Destruição e perda não são imanescentes ao patrimônio cultural.

Resultam das seleções deliberadas das políticas de representação. É preciso lembrar, como o fez recentemente Jody Joy (2004), que artefatos e monumentos só se tornam significativos quando são culturalmente constituídos como tais. As relações sociais não se dão simplesmente entre pessoas e grupos; elas sempre envolvem artefatos. Assim, as relações sociais entranham-se na materialidade. A cultura material, portanto, não é apenas um adendo epidérmico da sociedade, mas pulsa no coração da vida social (Thomas 2005). Assim é que a preservação do patrimônio cultural, ao contrário do que comumente se pensa, não é apenas para o futuro, mas, sobretudo, para o presente, para o *aqui e agora*, pois ele ocupa lugar central nos processos de socialização e conflitos sociais.

Se isto é claro no que se refere aos critérios de restauração arqueológica, torna-se ainda mais transparente em alguns enunciados da Arqueologia de contrato e das metodologias arqueológicas de campo. Como notaram Ian Hodder e Asa Berggren (2003) a respeito da Arqueologia de contrato que se faz em boa parte do mundo, esta, além de não atentar para o lugar social dos arqueólogos, seccionam em fases distintas os processos de escavação e interpretação dos sítios arqueológicos. Mas este não é o único problema. Em seu furor para “resgatar” e preservar artefatos para o futuro, a Arqueologia de contrato, animada por espírito salvacionista, tem se inclinado para a destruição planejada de sítios. Em alguns dos setores mundiais da Arqueologia de contrato, é perfeitamente aceitável que arqueólogos destruam propositalmente sítios, desde que façam registros detalhados dos contextos de deposição dos artefatos e que os organizem em reservas técnicas para pesquisas futuras (Lucas 2001).

Minha intenção não é detratar a Arqueologia de contrato, que, diante da crescente expansão dos projetos de desenvolvimento econômico, tem prestado inestimáveis contribuições para o conhecimento histórico e arqueológico. Não estou cindindo em campos

opostos Arqueologia de contrato e Arqueologia acadêmica, como se a primeira sempre fosse parceira de empresários inescrupulosos e do Estado, e a segunda sempre verdadeiramente científica e crítica. Contudo, a Arqueologia de contrato, quando direcionada retilínea e unicamente para o futuro, pode incorrer num equívoco: os arqueólogos do futuro não orientarão necessariamente suas pesquisas pelos mesmos problemas e objetos dos arqueólogos do presente. E, como não existe Arqueologia apolítica, montar arquivos para o futuro não elidirá as diversas percepções que comunidades locais e povos indígenas possuem sobre os sítios que estão sendo destruídos e sobre os artefatos que estão sendo depositados em reservas técnicas.

Não se pode desconsiderar, portanto, a série de reflexões contemporâneas sobre a ética das pesquisas de campo em Arqueologia, recentemente sumarizadas por Richard Bradley (2003). Como diz Henrieta Fourmile (1989), as comunidades conferem uma variedade de significados aos sítios arqueológicos: repositório de memórias ou mesmo fonte de recursos alimentícios. Sobre este ponto, Linda Tuhiwa Smith (1999), partindo do ponto de vista nativo, sublinha que pesquisas arqueológicas envolvem não apenas impactos físicos sobre a paisagem. Elas podem ser invasivas ao quebrarem os protocolos das comunidades sobre os lugares tidos como sagrados, poderosos ou perigosos. Uma mera caminhada para registrar sítios arqueológicos pode transgredir estas regras comunitárias. Há que observar, assim, que as técnicas empregadas em campo, assim como aquelas que são utilizadas para restaurar artefatos, estão indissociavelmente atadas à posição social e epistemológica do arqueólogo.

Negá-lo implica em não reconhecer as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural, as escolhas que permeiam a seleção da cultura material e que, portanto, embasarão a constituição de identidades culturais e formarão as camadas sedimentares onde se assentarão os sítios de memória negativa ou positiva. Reconhecê-lo

é primar pela função primordial da Arqueologia comunitária: perspectivar os modos por que concebemos as identidades culturais e o próprio trabalho arqueológico.

Métodos e Benefícios da Arqueologia Comunitária

A Arqueologia comunitária oferece-nos metodologias propícias para reconsiderarmos o trabalho com o público e enfrentarmos as escolhas quase sempre unilaterais das políticas de representação do patrimônio cultural. Obviamente, as metodologias da Arqueologia comunitária não são unívocas; variam conforme as especificidades culturais das comunidades e os problemas de pesquisa atinentes às áreas de estudo. Para exemplificá-las, servir-me-ei das pesquisas conduzidas pela equipe de Stephanie Moser em Quseir, no Egito (Moser *et all.* 2002), e pela síntese de Gemma Tully (2007). Ambos os trabalhos fixam algumas balizas gerais para o trabalho arqueológico comunitário.

Em primeiro lugar, enfatiza-se a necessidade de tornar as comunidades em agentes e colaboradoras ativas da pesquisa arqueológica. Os trabalhos em campo e laboratório, bem como as políticas de gestão do patrimônio cultural, devem ser discutidos e decididos conjuntamente pela equipe de arqueólogos e a comunidade, num diálogo e colaborações contínuos. O que conduz ao emprego e treinamento da comunidade para trabalhar em todas as fases do projeto de pesquisa, desde a prospecção de sítios às escavações. Em seguida, como parte fundamental dos trabalhos em Arqueologia comunitária, devem ser feitas entrevistas periódicas e pesquisas em História oral com a comunidade. Estas permitirão o entendimento dos sentimentos e interpretações das comunidades diante das pesquisas arqueológicas. Sugerem, ainda, como elas experimentam e negociam suas identidades culturais em relação ao patrimônio cultural revelado pelas escavações das quais são partícipes.

Outra metodologia importante é a formação de um arquivo visual, em fotos e vídeos. A organização de um arquivo visual das escavações e demais etapas da pesquisa arqueológica possibilita que a comunidade tenha registros dos eventos, de suas experiências e deliberações patrimoniais. A Arqueologia comunitária, nesse passo, assegura à comunidade função central na criação e imaginação das formas de extroversão e apresentação pública da cultura material revelada pela pesquisa. Inclusive no quesito de como conservar os materiais e para quem efetivamente conservá-los, as comunidades deliberam com os arqueólogos, decidindo-se conjuntamente se servirão para usufruto imediato do presente ou das gerações futuras.

Como se pode notar, a Arqueologia comunitária está longe da promulgação de identidades homogêneas, nacionalistas ou colonialistas. Aversa aos modelos normativos de cultura, ela parte da premissa de que o patrimônio cultural não tem valor intrínseco. Seu valor é definido por políticas de representação, cuja narrativa material, como afirma Lindsay Weiss (2007), pode fragmentar ou sotopor memórias sociais e identidades culturais dos grupos subalternos. A Arqueologia comunitária, ao protagonizar as comunidades no palco de atuação das pesquisas, permite-lhes decidir as formas de exibição e apresentação pública do patrimônio cultural. Oferece-lhes oportunidade para experimentar e discutir a especificidade histórica e antropológica de suas identidades culturais e as relações que elas entabulam com patrimônio local. Afinal, o patrimônio cultural, nas palavras de Ferdinand Jong e Michael Rowlands, está intimamente associado às políticas de reconhecimento (*"politics of recognition"*). O patrimônio cultural é sempre depositário dos signos que possibilitam o auto-reconhecimento de uma comunidade, pois oferece os meios materiais para as articulações culturais entre o passado e o presente. É através deste reconhecimento, no qual emergirão as lembranças de memórias perdidas, de sofrimento e injustiças, que os instrumentos para

a reconciliação ou o embate com os poderes estabelecidos surgirão (Jong & Rowlands 2008: 132).

O trabalho arqueológico ao lado das comunidades é primordial, como recentemente afirmou Paul Shackel, para a reafirmação de identidades locais, especialmente diante do atual contexto de transformações ocasionadas pela economia global (Shackel 2004: 10). De certo que as comunidades não são e nunca foram passivas. Nunca estiveram quietas. Elas sempre se inspiraram no passado para fundar significados culturais no presente; rotineiramente incorporaram objetos e lugares associados às suas memórias sociais e às narrativas que no-las criam e sustentam (Bradley & William 1998). E, para falar como Marshall Sahlins (1997), nos dias que correm, em que as forças centrífugas da “globalização” ameaçam tragar as alteridades num caldeirão cultural homogêneo, as culturas locais, não obstante as diversas experiências da diáspora, continuam firmando-se em suas memórias sociais.

Nem por isso os arqueólogos devem assistir de camarote, de seus centros acadêmicos ou postos avançados de escavação, o espetáculo grandioso da resistência das comunidades. Como diria Frantz Fanon (1961:35), “todo espectador é covarde ou traidor”. Se as identidades culturais, no mundo, ainda trazem as marcas e sinais do nacionalismo e do colonialismo, o trabalho arqueológico implica responsabilidade social e engajamento político. No mundo da economia global, como pondera Ian Hodder (2002), as questões e problemas arqueológicos não devem impor-se verticalmente; os arqueólogos têm obrigação ética de partilhá-las e negociá-las com os interesses dos diversos grupos de uma comunidade. Nesta linha, as pesquisas em Arqueologia comunitária trarão, inclusive, benefícios acadêmicos. Experiências arqueológicas em museus australianos evidenciam que, ao trabalhar ao lado dos povos indígenas, conseguiu-se acomodar múltiplos paradigmas e exibir para o público os processos de interação, diálogo e tradução cultural (Robins

1996). Arqueólogos, tanto nos Estados quanto na Austrália, ao incorporarem os povos nativos e seus conhecimentos tradicionais nos trabalhos em museus, aprenderam uma pluralidade de significados, antes insuspeitados, que as comunidades atribuem aos artefatos (Gibson 2004) e sítios arqueológicos (Greer *et alli*. 2002).

Por todos esses motivos, é importante inserir-se no movimento permanente das comunidades.

Bibliografia

- APPLEBAUM, B. 1987. Criteria for Treatment: Reversibility. *Journal of the American Institute for Conservation*, 26 (2): 65-73.
- ATKINSON, J. A.; BANKS, I.; O'SULLIVAN, J. (eds.). 1996. *Nationalism and Archaeology*. Glasgow: Cruithne Press.
- BARRINGER, T; FLYN, T. 1997. *Colonialism and Object: Empire, Material Culture and the Museum*. London: Routledge.
- BASU, P. 2008. Confronting the Past? Negotiating a Heritage of Conflict in Sierra Leone. *Journal of Material Culture*, (13): 2, 233-247.
- BENNETT, T. 2004. *Pasts Beyond Memory: Evolution, Museums, Colonialism*. London: Routledge.
- BERNAL, M. 1987. *Black Athena: The Afroasiatics Roots of Classical Civilization*. London: Free Association Press.
- BHABHA, H. K. 1994. *The Location of Culture*. London: Routledge.
- BRADLEY, R; 2003. Seeing Things: Perception, Experience and the Constraints of Excavation. *Journal of Social Archaeology*, (3): 2, 151-168.

- BRADLEY, R.; WILLIAM, H. 1998. The Past in the Past: The Reuse of Aient Monuments. *World Archaeology*, (30): 1, 2-13.
- CALDARARO, N. L. 1987. An outline history of Conservation in Archaeology and Anthropology as Presented through its publications. *Journal of the American Institute for Conservation*, (26): 85-104.
- CÉSAIRE, A. 1977 [1955]. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- CHAMPION, T. 1991. Theoretical Archaeology in Britain. In: HODDER, I (ed.). *Archaeology Theory in Europe*. London: Routledge, pp. 129-160.
- CLAVIR, M. 1996. Reflections on Changes in Museums and the Conservation of Collections from Indigenous Peoples. *Journal of the American Institute for Conservation*, (35): 2, 99-107.
- COLLEY, S. 2002. *Uncovering Australia: Archaeology, Indigenous People and the Public*. Sidney: Allen and Unwin.
- DÍAZ-ANDREU, M. 2007. *A World History of Nineteenth Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford U. P.
- FABIAN, J. 1983. *Time and Other: how anthropology makes its objects*. New York: Columbia Press.
- FANON, F. 1961. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FAULKNER, N. 2000. Archaeology from Below. *Public Archaeology*, (1): 1, 21-33.
- FERREIRA, L. M. 2009. Patrimônio Arqueológico, Pós-Colonialismo e Leis de Repatriação. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 77-96.

- FOUCAULT, M. 2004. *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil (Hautes Études).
- FOURMILE, H. 1989. Who owns the past? Aborigines as captives of the archives. *Aboriginal History*, (13): 1, 1-8.
- FOWLER, D. D. 1987. Useus of the Past: Archaeology in the Service of the State. *American Antiquity*, (52): 2, 229-248.
- FUNARI, P. P. A. 2001. Public Archaeology from a Latin American Perspective. *Public Archaeology*, (1): 4, 239-243.
- GIBSON, J. 2004. Traditional Knowledge and the International Context for Protection. *Script*, (1): 1, 1-35.
- GILROY, P. 2008. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34.
- GOSDEN, C. 1999. *Anthropology and Archaeology: A Changing Relationship*. London: Routledge.
- GREER, S. et all. 2002. Community-Based Archaeology in Australia. *World Archaeology*, (34): 2, 265-287.
- HALL, M. 2000. *Archaeology and Modern World: Colonial Transcripts in South Africa and the Chesapeake*. London: Routledge.
- HALL, S. 1996. When Was the Post-Colonial? Thinking at the Limit. In: CHAMBERS, I; CURTI, L. (eds.). *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*. London: Routledge, pp. 237-257.
- HAMILAKIS, Y. 2007. *The Nation and its Ruins: Antiquity, Archaeology, and National Imagination in Greece*. Oxford: Oxford U. P.
- HARDT, M; NEGRI, A. 2001. *Império*. Rio de Janeiro: Record.

- HINGLEY, R. 2000. *Roman officers and English gentlemen: the imperial origins of Roman Archaeology*. London: Routledge.
- HODDER, I. 2002. Ethics and Archaeology: The Attempt at Eatalhoyuk. *Near Eastern Archaeology*, (65): 3, 174-181.
- HODDER, I; BERGGREN A. 2003. Social Practice, Method, and Some Problems of Field Archaeology. *American Antiquity*, (68): 3, 421-434.
- HOLTORF, C. 2006. Can less be more? Heritage in the Age of Terrorism. *Public Archaeology*, (5): 101-109.
- JOHNSON, J. S. 1993. Conservation and Archaeology in Great Britain and the United States: A Comparison. *Journal of the American Institute for Conservation*, (32): 3, 249-269.
- JOHNSON, J. S. 1994. Consolidation of Archaeological Bone: A Conservation Perspective. *Journal of Field Archaeology*, (21): 2, 221-233.
- JONG, F; ROWLANDS, M. 2008. Introduction: Postconflict Heritage. *Journal of Material Culture*, (13): 2, 131-34.
- JOY, J. 2004. Biography of a Medal: People and the Things they Value. In: SCHOFIELD, J; JOHNSON, W. G; BECK, C. M. *Material Culture: The Archaeology of Twentieth Century Conflict*. London: Routledge, 132-142.
- KOHL, P.; FAWCETT, C. 1995. Archaeology in the Service of the State: Theoretical Considerations. In: KOHL, P.; FAWCETT, C. (eds.). *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge U. P., pp. 3-20.
- KOJAN, D; ANGELO, D. 2005. Dominant Narratives, Social Violence and the Practice of Bolivian Archaeology. *Journal of Social Archaeology*, (5): 3, 383-408.

- LAYTON, R. & THOMAS, J. 2001. Introduction: the destruction and conservation of cultural property. In: LAYTON, R.; STONE, P.; THOMAS, J. (eds.). *Destruction and Conservation of Cultural Property*. London: Routledge, pp. 1-21.
- LEGENDRE, J.; OLIVIER, L.; SCHNITZLER, B. 2007. *L'Archéologie Nazi en Europe de l'Ouest*. Paris: Infolio.
- LEVY, J. E. 2006. Prehistory, Identity, and Archaeological Representation in Nordic Museums. *American Anthropologist*, (108): 1, 135-147.
- LUBBOCK, J. 1865. *The Prehistoric Times*. Edinburgh: Willians and Norgate.
- LUCAS, G. 2001. Destruction and the Rethoric of Excavation. *Norwegian Archaeological Review*, (34): 35-46.
- LYONS, C. L.; PAPADOPOULOS, J. K. (eds.). 2002. *The Archaeology of Colonialism*. Los Angeles: Getty Research Institute.
- MACLEOD, J. 2000. *Beginnings Postcolonialism*. Manchester: Manchester U. P.
- MARSHALL, Y. 2002. What is Community Archaeology? *World Archaeology*, (32): 2, 211-219.
- MBUNWE-SAMBA, P. 2001. Should Developing Countries Restore and Conserve? In: LAYTON, R.; STONE, P.; THOMAS, J. (eds.). *Destruction and Conservation of Cultural Property*. London: Routledge, pp. 30-41.
- MESKELL, L. 2002. Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. *Anthropological Quarterly*, (75): 3, 557-574.
- MOORE-GILBERT, B. 2000. *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*. London: Verso.

- MOSER, S et all. 2002. Transforming Archaeology through Practice: Strategies for Collaborative Archaeology and the Community Archaeology Project at Quseir, Egypt. *World Archaeology*, (34): 2, 220-248.
- NEVES, E. G. 2006. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PATTERSON, T. 1997. *Inventing Western Civilization*. New York: Monthly Review Press.
- ROBINS, R. 1996. Paradox and Paradigms: the changing role in Aboriginal cultural heritage management. *Ngulaig*, (16): 2-32.
- ROWLANDS, M. 2008. Civilization, Violence and Heritage Healing in Liberia. *Journal of Material Culture*, (13): 2, 135-152.
- SAHLINS, M. 1997. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura não é um Objeto em Via de Extinção (Parte I). *Mana*, (3): 1, 41-73.
- SAID, E. 1978. *Orientalism*. New York: Penguin Books.
- SHACKEL, P. A. 2004. Working with Communities: heritage development and applied Archaeology. In: SHACKEL, P. A.; CHAMBERS, E. J (eds.). *Places in Mind: Public Archaeology as Applied Anthropology*. London: Routledge, pp. 1-16.
- SHANKS, M.; PLATT, D.; RATHJE, W. 2004. The Perfume of Garbage: Modernity and the Archaeological. *Modernism/Modernity*, (1): 61-83.
- SILVERM, S; PAREZO, N. J (eds.). 1992. *Preserving the Anthropological Record*. New York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.
- SIMPSON, F.; WILLIAMS, H. 2008. Evaluating Community Archaeology in the UK. *Public Archaeology*, (7): 2, 69-90.

- SIMPSON, M. G. 2001. *Making Representations: Museums in the Post-Colonial Era*. London: Routledge.
- THOMAS, J. 2005. Materiality and the Social. In: FUNARI, P. P. A; ZARANKIN, A.; STOVEL, E (eds.). *Global Archaeology Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. New York: Kluwer Academic, pp. 11-18.
- TRIGGER, B. G. 1984. Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. *Man*, (19): 355-370.
- TUHIWAI SMITH, L. 1999. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous People*. Dunedin: University of Otago Press.
- TULLY, G. 2007. Community Archaeology: General Methods and Standards of Practice. *Public Archaeology*, (6): 155-187.
- WEISS, L. 2007. Heritage-Making and Political Identity. *Journal of Social Archaeology*, (7): 3, 413-431.
- WHARTON, G. 2005. Indigenous Claims and Heritage Conservation: an opportunity for critical dialogue. *Public Archaeology*, (4): 199-204.
- WOBST, H. M. 2005. Power to the (indigenous) past and present! Or: The theory and method behind archaeological theory and method. In: SMITH, C; WOBST, H. M. (eds.). *Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice*. London: Routledge, pp. 17-32.
- WOOD, J. J.; POWELL, S. 1993. An Ethos for Archaeological Practice. *Human Organization*, (52): 405-423.

ENTRE O USO SOCIAL E O ABUSO COMERCIAL: AS PERCEPÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO NO BRASIL¹

*Gilson Rambelli**

Introdução

“*Não existe mar no Jardim do Éden*” (Courbin 1989: 12)! O mar é, simbolicamente, o elemento responsável pela dificuldade de compreensão da importância dessa temática que envolve o patrimônio cultural subaquático e, conseqüentemente, a Arqueologia Subaquática, enquanto Arqueologia.

A percepção do patrimônio cultural não se dá de maneira espontânea. Ela é construída social e historicamente. E, o que coloca o patrimônio cultural subaquático em desvantagem em relação ao patrimônio cultural localizado em superfície, em termos de importância dada pelas pessoas, é o fato de este patrimônio cultural estar localizado embaixo d'água. A presença do ambiente aquático interfere, consideravelmente, no processo de construção dessa percepção.

A percepção do patrimônio cultural subaquático tem suas origens nas diversas maneiras de se conceber o ambiente aquático, sobretudo, o ambiente marinho, e na considerável carga simbólica relacionado a ele. A inexistência de mar no Éden contribui para isso, porque

¹ Trabalho publicado originalmente em: *História*, Franca, v. 27, n. 2, 2008.

* Professor do NAR/UFS; Coordenador do Mestrado em Arqueologia (PROARQ/UFS); bolsista de Produtividade do CNPq; Coordenador do LAAA/NAR/UFS. E-mail: rambelli@arqueologiasubaquatica.org.br.

“o horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à paisagem fechada do paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina” (Courbin 1989: 12). Como esse simbolismo interferiu na maneira de se pensar o patrimônio cultural que se encontra submerso?

Há que se considerar o estereótipo existente sobre o mar, presente, sobretudo, na tradição ocidental, para se entender o descaso das pessoas comuns e das autoridades com o patrimônio cultural subaquático e sua destruição decorrente da atuação predadora de alguns indivíduos (uma minoria) sobre esse patrimônio público (da maioria), pelo fato de estar submerso. Talvez, esse comportamento em relação ao patrimônio submerso, como sendo “terra de ninguém”, leve em consideração que *“nas sociedades ocidentais, o mar permanece ainda como um espaço mal conhecido, perigoso, fora da cultura terrestre, fora da lei que impera no continente”* (Diegues 1998: 58).

Durante muito tempo o mar parece ter inspirado um verdadeiro temor às populações do ocidente europeu. Para uma civilização essencialmente terrestre, compartimentada em espaços físicos reduzidos, já que as deslocamentos eram difíceis e morosas, dominada por uma mentalidade em que o sagrado e o profano se entrelaçavam para explicar a realidade envolvente, o oceano surgia como o território do deslocamento, vestígio último do dilúvio bíblico, onde viviam seres fantásticos que escapavam à ordem imposta por Deus [...]. Perante tal imensidão o homem sentia-se frágil e ameaçado, o elemento marítimo encarnava o que havia de mais poderoso, estando rodeado de uma dimensão negativa que convertia em lugar de perdição e morte (Freitas 2007: 106).

Esse sentimento de não pertencimento e de distanciamento do universo marítimo, certamente, ainda influencia a maneira de como a

maioria das pessoas concebe, em seu inconsciente, o mar e tudo que se relaciona com ele, como o patrimônio cultural subaquático – que tem os naufrágios como principais representantes –, a Arqueologia Subaquática, o mergulhador, entre outros temas. Cabe reforçar que,

la mar siempre ha sido y sigue siendo, un buen refugio para el marginado y es capaz de acoger no solo al aventurero, sino al prófugo de la justicia, al burlador de doncellas confiadas, al fugitivo de esposas demasiado posesivas, o simplemente, a quien no es capaz de soportar la responsabilidad de una situación familiar atosigante (Perez-Mallaina, in Diegues 1998: 73-4).

Nesse contexto, a percepção arqueológica sobre o patrimônio cultural subaquático que propomos neste artigo, por meio da reflexão da Arqueologia Subaquática, enquanto possibilidade de produção do conhecimento sobre os sítios arqueológicos subaquáticos, se depara com uma gama considerável de pressupostos, construídos ao longo dos séculos, sobre a maneira de se conceber o mar, e, em particular, o fundo do mar. Ou seja, um lugar típico de aventuras e de grandes aventureiros.

Patrimônio cultural subaquático: atribuição de arqueólogos!

O antagonismo conflitante entre a percepção do patrimônio cultural subaquático pelos arqueólogos, que querem estudá-lo, e pelos aventureiros caçadores de suvenires e de tesouros, que querem explorá-lo – para deleite pessoal ou comercialmente – representa, nitidamente, duas maneiras, bastante diferentes, de interpretar um mesmo tema. Assim, aproveitando a carga simbólica existente nessa temática marítima, optamos, para explicitar a dicotomia entre Arqueologia e caça ao tesouro, por utilizar como exemplo metafórico a

visão de uma “sereia” pelo poeta e pelo esfomeado (o que já foi tema da letra de uma música brasileira: *A novidade*²).

Defendendo a visão do poeta diante da aparição da “sereia”, acreditamos que essa divergência deveria ser mais bem explicitada para que a opinião pública, de maneira geral, pudesse entender as diferenças de abordagens entre arqueólogos e aventureiros. Mas, não é o que acontece. Os meios de comunicação, por exemplo, que poderiam fazer isso, quando noticiam algum tipo de descoberta subaquática, por mergulhadores, não costumam ouvir a opinião dos arqueólogos profissionais³, como seria o caso para qualquer outra área do conhecimento. Infelizmente, acabam privilegiando a percepção do aventureiro diante do patrimônio cultural subaquático, ou seja: para o esfomeado a “sereia” sempre representa um saboroso peixe.

O primeiro ponto a ser observado nessa nossa análise, diz respeito ao fetiche criado em torno dos achados arqueológicos subaquáticos. Segundo o arqueólogo norte-americano George Frederic Bass, a Arqueologia Subaquática é, antes de tudo, bastante fotogênica (Bass 1985; Rambelli 2004b)! Ela atrai muitos holofotes sobre si!

Esta simples afirmação nos remete a uma reflexão profunda e até mesmo epistemológica, pois o interesse que as coisas submersas despertam sobre as pessoas precede a importância da própria intervenção realizada nos sítios arqueológicos submersos! O que para a Arqueologia é muito ruim.

Os navios afundados ilustram bem isso. A simples veiculação na mídia de informações sobre naufrágios, por imagens ou por objetos

² Letra e música de autoria de Herbert Vianna, Bi Ribeiro, João Barone e Gilberto Gil, que foi bastante difundida pelo grupo *Paralamas do Sucesso*, nos anos 1990, e que fala sobre o “paradoxo da sereia”.

³ Quando o fazem, e essas opiniões discordam da notícia pretendida, utilizam-nas como contraponto ao que anunciam como projeto maravilhoso. Como se o profissional estivesse tentando destruir algo fabuloso, por ciúme ou inveja.

retirados dos mesmos, é mais do que suficiente para saciar a curiosidade e o interesse do senso comum. Principalmente se servirem para ilustrar algum relato histórico. A qualidade da informação, principalmente no que tange a qualidade da intervenção realizada sobre esses sítios fica, sem nenhum questionamento, para outro plano.

Daí um segundo ponto a ser observado, porque diz respeito à compreensão da Arqueologia Subaquática no Brasil, que ainda é concebida como uma atividade amadora, representante exótica de um dos ramos do mergulho, e não como especialidade da Arqueologia (Rambelli 2002; 2006; 2007). É importante remarcar que esta concepção reflete a própria juventude da disciplina arqueológica. Vale dizer, que até os anos 1960, por exemplo, “*o pensamento dominante considerava que a Arqueologia tinha como propósito a simples coleção, descrição e classificação dos objetos antigos*” (Funari 2003: 15).

Desta forma, projetar para baixo d’água essa limitada compreensão conceitual da Arqueologia junto da atividade de mergulhadores aventureiros que entendia “*ser a tarefa do arqueólogo simplesmente fazer buracos no solo e recuperar objetos antigos*” (op. cit. 2003: 11), não significou nenhuma anomalia. O problema é que ainda hoje – em pleno Século XXI – essa idéia de considerar a Arqueologia como uma simples técnica de campo feita por amadores a serviço da ilustração da História, por meio de objetos expostos em museus, persiste; o que legitima, infelizmente, a constante e crescente destruição dos sítios arqueológicos submersos em águas brasileiras.

É inconcebível, com a dimensão que a Arqueologia brasileira tomou nessas últimas décadas, com diferentes e destacados centros de pesquisa e de formação, inclusive centros especializados nessa temática (como o CEANS/NEE/UNICAMP e o ARCHEMAR/MAE/UFBA) que o simples fato de um sítio arqueológico estar submerso desobrigue a legitimidade da qualificação em Arqueologia do interessado em desenvolver alguma intervenção sobre ele.

Além desta questão de caráter puramente conceitual, sobre o que é Arqueologia e quem são os arqueólogos habilitados para levar adiante este tipo de pesquisa, existe um terceiro ponto a ser considerado, e, talvez, o mais importante e ameaçador ao patrimônio cultural subaquático no Brasil: que é a possibilidade legal de sua exploração comercial por empresas de caça ao tesouro, nacionais e estrangeiras.

Cabe chamar atenção, que as iniciativas destruidoras da caça ao tesouro representam uma comprovada ameaça a essa herança comum da humanidade, formada por diferentes sítios arqueológicos subaquáticos, logo, um desrespeito às gerações futuras; por isso vêm sendo combatidas em todo o mundo por legislações e convenções internacionais, como a *Convenção da UNESCO para a proteção do patrimônio cultural subaquático*, por exemplo, adotada em Paris, em 2001. Em outras palavras, segundo nossa analogia, a caça ao tesouro poderia ser comparada à pesca da sereia pelo esfomeado, não para saciar sua fome, mas para ser retalhada e vendida para colecionadores. Com a agravante: holofotes, fetiche do objeto, e a fascinação pelo tema encobrem outros aspectos relativos ao como proceder diante do próprio tema.

Essa dicotomia conceitual deu espaço para o aparecimento de uma pseudo-arqueologia subaquática, no estilo Indiana Jones, de equipamento de mergulho, que contradiz a própria Arqueologia brasileira (Rambelli 2007), mas que atende as exigências da legislação. O que representa um problema muito sério que deveria receber mais atenção por parte das autoridades brasileiras. Vale dizer que um sítio arqueológico não se torna menos importante, nem menos arqueológico por estar debaixo d'água; nem o arqueólogo que mergulha deixa de ser arqueólogo por utilizar o mergulho como ferramenta de trabalho; e nem o mergulhador que encontra sítios arqueológicos e que os explora por conta própria se torna arqueólogo por conta disso!

O descaso para com o patrimônio cultural subaquático no Brasil se torna notório quando consideramos três características básicas desses

bens: são únicos, não renováveis e de interesse público (Rambelli 2006). Logo, quaisquer intervenções de resgate de objetos, feitas em sítios arqueológicos submersos com objetivos da caça ao souvenir, por alguns mergulhadores, ou da caça ao tesouro, em maior escala, por empresas comerciais de exploração e resgate, prejudicam para sempre a possibilidade de se produzir conhecimento sobre eles.

Esse problema relativo às percepções do patrimônio cultural subaquático não é característico apenas do Brasil. Outros países passaram e ainda passam por situações semelhantes, como podemos perceber na carta de Bass, enviada ao Senado norte-americano, em 1984, visando legitimar a importância do arqueólogo nas pesquisas arqueológicas subaquáticas nos Estados Unidos da América.

Quem iria a um dentista amador? Qual a diferença entre um arqueólogo amador e um neurocirurgião amador? Há pessoas bem intencionadas que invocam curas de cancro e de outras doenças, as vezes citadas na imprensa, mas a sociedade não as autoriza a praticar sem as credenciais adequadas. Estive eu perdendo o meu tempo estudando Arqueologia durante tantos anos, quanto os candidatos a médico estudam medicina? (Bass 1985; Rambelli 2004b: 7).

É importante deixarmos claro, que a preocupação dos arqueólogos com a destruição do patrimônio cultural subaquático no Brasil por problemas conceituais gerais e por interesses político-econômicos individuais, não deve ser confundida como uma mera reserva de mercado da Arqueologia. O patrimônio cultural subaquático representa uma diversidade considerável de testemunhos materiais, e seu estudo pertence, no mínimo, à sociedade brasileira, a principal merecedora dos esforços dessa especialização da ciência arqueológica. Ou em outras palavras, ainda fazendo uso do célebre discurso de Bass ao Senado norte-americano, para que não fiquem dúvidas sobre a posição dos arqueólogos que aprenderam a mergulhar para fazerem Arqueologia Subaquática: os arqueólogos não querem ‘possuir’ navios afundados,

pois acreditamos que pertencem ao domínio público tal como os monumentos históricos terrestres. O nosso trabalho é compreendê-los e divulgar, para outros estudiosos e para o público em geral, o nosso conhecimento através dos meios apropriados (Bass 1985; Rambelli 2004b: 8).

Tanto não queremos tomar posse dos sítios arqueológicos submersos, que não existe uma pesquisa de Arqueologia Subaquática no mundo que não interaja diretamente com as comunidades por meio da participação, da colaboração e do envolvimento de mergulhadores recreativos e profissionais nas pesquisas. Não se questiona a participação dos mergulhadores voluntários nas pesquisas arqueológicas subaquáticas coordenadas por arqueólogos mergulhadores, e sim, a exclusão dos arqueólogos mergulhadores de pesquisas coordenadas por mergulhadores, como se fossem, perfeitamente, dispensáveis.

A aproximação entre arqueólogos e mergulhadores interessados em Arqueologia Subaquática tem propiciado dois caminhos, que, muitas vezes, se complementam: 1) o mergulhador se torna um fiel voluntário nas pesquisas e um agente multiplicador no processo de educação patrimonial; 2) o mergulhador vai atrás de uma formação acadêmica para legitimar sua vontade de se tornar um arqueólogo e levar adiante um projeto de pesquisa próprio. Como muitos já têm formações em diferentes áreas, acabam optando pela pós-graduação em Arqueologia.

Mas, quando há por parte do mergulhador que se interessa pelo tema uma rejeição pela pertinência da pesquisa sobre esse patrimônio cultural ser atribuição de arqueólogos mergulhadores, podemos identificar que estamos diante de um aventureiro. O qual dificilmente mudará sua obsessão por retirar objetos do fundo do mar, como troféus de suas aventuras, para museus privados e até mesmo públicos. Ou, em uma escala maior de atuação, como um caçador de tesouros, para se remunerar com a venda desses artefatos para outros colecionadores.

Sendo importante considerar que muitos desses indivíduos têm fama de pessoas de caráter independente, empreendedor, e são cépticos

em relação à autoridade. Como são de origens distintas, em geral podem diversificar bastante em termos de conhecimento. Entretanto, têm em comum a tendência de considerar o que encontram embaixo d'água como de sua propriedade, fruto de seus esforços e habilidades, um bem que só eles têm direito de explorar pelos meios que julguem convenientes (Prott & O'Keefe 1988: 24).

Cabe aos arqueólogos, aos programas de educação patrimonial e de políticas públicas a tarefa de reverter a maneira como essa minoria concebe o patrimônio cultural subaquático.

Definindo alguns conceitos

A Arqueologia Subaquática não é uma disciplina *sui generis* de homens do mar ou de mergulhadores: é Arqueologia! (Bass 1969; Martin 1980; Rambelli 2002). Trata-se de uma especialização da ciência arqueológica que exige a prática do mergulho autônomo pelo arqueólogo, e que não se limita aos estudos dos restos de naufrágios marítimos. Como em sua contrapartida terrestre, ela estuda todos os testemunhos materiais de atividades humanas chamados de cultura material, “*que deve ser entendida como tudo que é feito ou utilizado pelo homem*” (FUNARI, 2005, p. 85).

Nesse sentido, é importante enfatizar que as relações humanas, em qualquer sociedade, dão-se por meio de contatos, seja entre o homem e a natureza, seja entre os próprios homens. A cultura é tudo o que foi criado, feito (desenvolvido, melhorado, modificado) pelo próprio homem, diferentemente do que fornece a natureza. Na cultura, está representada a qualidade fundamental do homem: a sua capacidade de desenvolver a si mesmo, que torna possível a própria história da humanidade. O objeto apropriado ou desenvolvido pelo ser humano converte-se em artefato, recebe uma forma dada pelo homem, uma ‘forma humana’, porque encerra em si um conteúdo social, e não apenas natural (Funari 2003: 36).

Assim, o patrimônio cultural subaquático é constituído por sítios arqueológicos submersos, ou seja, locais onde exista cultura material submersa, por diferentes motivos, em rios, lagos, mares, oceanos e em outros ambientes aquáticos.

Por estudar a materialidade do ser humano, a escala de tempo arqueológica acompanha a epopéia humana sobre o planeta até os dias atuais. E, no caso das evidências arqueológicas subaquáticas, elas podem ser constituídas por vestígios de habitações desde milhares de anos, como os sítios arqueológicos pré-históricos que ficaram submersos devido às alterações do nível do mar; sítios arqueológicos históricos, como cidades, como São Vicente, por exemplo, no litoral paulista, que teve sua primeira vila encoberta pelo mar no século XVI, ou como aconteceu com Port Royal, na Jamaica, que devido a abalos sísmicos foi quase toda tomada pelo mar, em 7 de junho de 1692; locais de rituais (sítios arqueológicos depositários), como os cenotes sagrados da península do Yucatán, ou no Brasil, os locais de oferendas a Yemanjá, por exemplo; fundos de áreas portuárias (sítios arqueológicos depositários), relativos às atividades desenvolvidas nos portos, edificadas ou naturais; embarcações naufragadas (sítios arqueológicos de naufrágios); entre tantas outras possibilidades (Rambelli 2002).

A Arqueologia Subaquática enquanto Arqueologia, enquanto ciência social, interage com o patrimônio cultural subaquático em busca da produção do conhecimento, por meio da análise e interpretação de seus contextos, e da difusão desse conhecimento ao grande público, assumindo uma ética antipredadora e protecionista do patrimônio cultural, visando ao bem estar social, geral, e à diversidade cultural (Livro amarelo 2004). Em outras palavras, em analogia à canção citada anteriormente, a produção arqueológica deve produzir conhecimento sobre o patrimônio cultural subaquático (a “sereia”) e divulgá-lo para a humanidade.

O imaginário criado em torno dos navios afundados, por exemplo, representa outro problema na discussão conceitual sobre o patrimônio

cultural subaquático. É comum para aqueles que ainda compreendem a Arqueologia como uma simples técnica auxiliar, utilizada para ilustrar a História, que o fato de existir documentação textual sobre um navio que afundou em um determinado local é mais do que suficiente para justificar quaisquer intervenções de resgate de objetos sobre esse navio. Ou seja, tudo é muito simples, “conhece-se” a História e a ilustra em museus, com objetos provenientes dos restos de tal naufrágio. Foi assim que se deu a formação dos acervos sobre navios afundados que se encontram em exposição no Brasil, como no Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro, e no museu do Farol da Barra, em Salvador.

Mesmo considerando que *“a Arqueologia deriva, ela própria, da História, tendo surgido como uma maneira de se disponibilizar as fontes escritas sobre o passado e de ‘complementar’ as informações existentes com evidências materiais sem escrita”* (Funari 2005: 84). Temos de entender que essa concepção se modificou consideravelmente, desde o seu auge no século XIX, com a transformação da própria cultura material em fonte histórica, legitimando assim uma abordagem arqueológica cada vez mais significativa, por meio da criação e da utilização de métodos científicos próprios (*op. cit.* 2005).

Devemos perceber, que a ilustração da chamada História Trágico-Marítima, com objetos provenientes de navios afundados expostos em museus, além de exótica e arbitrária, pode ser falsa! A documentação textual não deve ser aceita como a verdade dos fatos, deve ser criticada e questionada, devido à carga ideológica que representa. É comum que as fontes textuais e arqueológicas se contradigam. Por exemplo, qual comandante iria declarar em seu diário de bordo que transportava contrabando e/ou clandestinos em sua embarcação, quando a mesma afundou? E se aparecerem no sítio arqueológico, formado pelo resto de tal naufrágio, cargas e esqueletos humanos (cultura material) não descritos nos textos? Ou ainda, qual viajante e/ou tripulante, que conseguiu escapar com vida de um naufrágio, teria conhecimento geral

sobre a complexidade a bordo, que seu relato eximisse a necessidade de uma pesquisa arqueológica sistemática?

Além do mais, o “*estudo das camadas subalternas muito tem se ampliado e, para isso, as fontes arqueológicas contribuem de forma notável, com seu caráter anônimo e involuntário*” (Funari 2005: 93-4). Quanto se perdeu sobre o cotidiano das tripulações iletradas dos navios que foram explorados no Brasil? Ou mesmo sobre os objetos de usos ordinários que com certeza foram encontrados, mas desprezados por não terem atrativos estéticos para serem vendidos ou expostos em museus?

Para a Arqueologia Subaquática que propomos, todo sítio arqueológico de naufrágio é importante! Da canoa monóxila ao transatlântico moderno! Todos são considerados sistemas simbólicos complexos, carregados de significados e de significâncias (Rambelli 2003). As pesquisas devem se preocupar mais com problemas que com os artefatos e mais com as questões que com os tesouros (Muchelroy 1978).

Aspectos Históricos

A História da Arqueologia Subaquática tem duas origens, uma diretamente relacionada com a História do Mergulho, e a outra com a própria História da Arqueologia. Sendo que, muitas das consequências dessas tradições históricas já foram abordadas ao longo deste artigo, como a da caça ao tesouro, que tem seus princípios fundamentados na tradição milenar dos resgates e salvamentos marítimos; e a do início da Arqueologia Subaquática científica, que somente acontece na década de 1960, no contexto arqueológico, com arqueólogos aprendendo a mergulhar.

As empreitadas sobre os restos materiais submersos, que hoje chamamos de patrimônio cultural subaquático, remontam milhares de

anos e sempre estiveram associadas aos intrépidos de seus tempos, que, pela coragem de se aventurarem naquele ambiente carregado de simbologia, se faziam indenizar por suas atividades de resgates subaquáticos. Os restos e as coisas provenientes do fundo do mar, sobretudo das embarcações naufragadas, geravam recompensas em dinheiro ou direito percentual das cargas recuperadas. Sendo que, muitos dos equipamentos de mergulho se aprimoraram e se desenvolveram graças aos investimentos provenientes dessas empreitadas lucrativas.

Esse tipo de atividade remunerada sobre o patrimônio se fez tão presente que, quando o mergulho autônomo se difundiu na Europa e nos Estados Unidos, nos anos 1960, e no mundo nos anos 1970/80, tornando-se um esporte, rompeu na prática com a tradição milenar que pertencia a alguns poucos destemidos que utilizavam escafandros rudimentares, mas não com essa maneira de pensar dessa prática, influenciando o imaginário dos recém formados mergulhadores amadores.

Nesse contexto, podemos entender porque a Arqueologia Subaquática foi e ainda é, muitas vezes, confundida com o resgate de objetos de navios afundados, pois alguns mergulhadores, que descobriram esse esporte e se apegaram na percepção da aventura lucrativa sobre o patrimônio cultural subaquático, passaram a reivindicar por direitos, adquiridos por seus antecessores, a exploração desses sítios arqueológicos. O uso de discursos convincentes inspirados e construídos na idéia de mar e de fundo de mar existente no imaginário coletivo das pessoas funcionou como o “canto da sereia”, encantando os mais desavisados e legitimando o direito de exploração desses bens por não especialistas, por serem considerados como coisas perdidas pelo senso comum. Vale dizer que esse tipo de iniciativa se espalhou pelo mundo, nas mesmas proporções em que o mergulho autônomo conquistava novos adeptos.

Mas, antes dessa globalização se concretizar de fato para fora do Mediterrâneo (o berço do mergulho autônomo), alguns mergulhadores,

como foi o caso de três importantes personagens na História do Mergulho, que, inclusive, participaram diretamente da invenção do equipamento de mergulho autônomo, o aqualung: Jacques-Yves Cousteau, Frédéric Dumas e Philippe Tailliez (Hoffmann 1987; Rambelli 2002), começaram a querer algo mais do que simplesmente retirar objetos do fundo do mar, e esboçaram as primeiras tentativas de uma pesquisa arqueológica debaixo d'água.

Os três, oficiais da Marinha francesa, decidiram levar adiante, em meados de 1950, uma pesquisa arqueológica subaquática sobre os restos de uma embarcação romana, naufragada junto aos rochedos de *Grand Congloué*, próximo à Marselha, e para isso convidaram o renomado arqueólogo Fernand Benoît, que não mergulhava, mas que aceitou participar da iniciativa com muito entusiasmo. Concomitantemente a essa iniciativa francesa, na Itália, o também famoso arqueólogo Nino Lamboglia, que tampouco mergulhava, assumiu a direção de uma pesquisa arqueológica subaquática em Albenga, realizada por mergulhadores (Hoffmann 1987).

Os resultados dessas intervenções tiveram um valor significativo para a História da Arqueologia Subaquática, porque mesmo sendo conduzidas por experientes mergulhadores, ambas as experiências fracassaram do ponto de vista arqueológico. A produção de conhecimento sobre esses sítios foi comprometida por erros primários decorrentes da falta de intimidade dos mergulhadores com os princípios básicos da Arqueologia. Situação que levou os arqueólogos, que testemunharam esse processo, a reconhecerem suas limitações de comando por estarem fora d'água (ver Rambelli 2002).

No final de 1958, Lamboglia realizou um simpósio de Arqueologia Submarina no Museu Marítimo de Albenga, que reunia o material proveniente da embarcação romana escavada. O simpósio teve como destaques as comunicações de Benoît, o qual ressaltou que uma escavação subaquática deve utilizar os mesmos métodos que as

terrestres, de Lamboglia, que afirmou não poder existir uma Arqueologia submarina em contraposição com uma Arqueologia terrestre, e de Tailliez, o mergulhador já citado, o qual vai incitar os arqueólogos para que aprendam a mergulhar (Hoffmann 1987: 42).

Dois anos após esse simpósio, essas recomendações vão se concretizar! Respondendo ao convite feito pelo fotógrafo submarino Peter Throckmorton, o arqueólogo norte-americano, George Bass, especialista em Idade do Bronze, da Universidade da Pensilvânia, aprende a mergulhar para dirigir uma pesquisa arqueológica na Turquia, no cabo Gelidônia, sobre os restos de uma embarcação da Idade do Bronze (*op. cit.* 1987).

Esse é o ponto de partida da Arqueologia Subaquática preocupada com a produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural subaquático e com sua divulgação, que faz de Bass o pioneiro, porque conseguiu concretizar o que seus predecessores, como Benoît e Lamboglia, haviam tentado e fracassado: fazer Arqueologia embaixo d'água com a mesma seriedade que em superfície. Bass ainda conseguiu mais, rompendo com a idéia de que esses projetos eram arriscados e custavam muito caro, questionando, assim, uma das bases de sustentação do discurso das empreitadas aventureiras sobre o patrimônio.

As pesquisas na Turquia serviram como um grande laboratório de qualificação profissional, com a participação de dezenas de estudantes de Arqueologia que aprenderam a mergulhar e de mergulhadores voluntários, de diferentes partes do mundo. As publicações dos resultados que se multiplicaram rapidamente ganharam espaço pouco a pouco na Arqueologia Acadêmica, que era ainda bastante reticente em aceitar tal possibilidade como algo científico e não aventureiro, e assim, a Arqueologia Subaquática começou a ganhar força em vários países e a conquistar o seu espaço efetivo como especialidade da Arqueologia (Rambelli 2002).

O Brasil, infelizmente, não acompanhou essa tendência arqueológica de iniciação na Arqueologia Subaquática, ao contrário,

foi vítima dela. A nova concepção da Arqueologia para a realização de pesquisas embaixo d'água que se espalhava pelo mundo excluía quaisquer iniciativas voltadas à exploração comercial do patrimônio cultural subaquático, fechando as portas aos seus renomados caçadores de tesouros. Ora, esses poderosos indivíduos, proibidos de trabalhar em seus países, vão encontrar no Brasil, nos anos 1970 e início dos 1980, o verdadeiro paraíso, sem nenhuma resistência ou obstáculo para desenvolverem suas atividades predadoras.

Vale ressaltar que, nesse período de abertura à caça ao tesouro, a Arqueologia brasileira estava voltada exclusivamente para o estudo de sítios arqueológicos pré-históricos, localizados em superfície, e, assim, alienada às possibilidades de se estudar sítios arqueológicos submersos históricos. Esta falta de percepção do patrimônio cultural subaquático pela Arqueologia brasileira ajudou bastante na legitimação do direito de aventureiros explorarem, por recompensas, os sítios arqueológicos formados pelos mais diferentes restos de embarcações naufragadas no litoral brasileiro. Ou seja, a Arqueologia brasileira ficou distante e não impôs nenhuma resistência a esse processo (Rambelli & Funari 2007).

Outro fator a ser mencionado, é que estávamos em plena ditadura militar, e pelo fato dos sítios de naufrágios estarem localizados no fundo do mar, coube à Marinha brasileira, sem nenhuma tradição em Arqueologia, ser a responsável pela salvaguarda de nossos sítios arqueológicos submersos e, conseqüentemente, pelas autorizações de explorações, e não ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura, o responsável pelos sítios arqueológicos brasileiros (Rambelli 2007).

A pesquisa sobre o galeão Sacramento, em Salvador, entre 1976 e 1977, sob direção do arqueólogo não mergulhador, Ulisses Pernambucano de Mello Neto, que poderia representar a introdução do Brasil neste universo de pesquisa arqueológica, e romper com os paradigmas impostos pela caça ao tesouro, não vai compensar os

esforços do arqueólogo. Ao contrário, o fato de ele não mergulhar será utilizado como argumento, da não necessidade de arqueólogos em pesquisas de Arqueologia Subaquática (ver Rambelli 2002).

Somente em 1986, depois do final da ditadura, é que teremos a Lei Federal 7.542/86 sancionada, mesmo sem contemplar a pertinência da pesquisa arqueológica sistemática subaquática feita por arqueólogos, determinava como pertencente à União todos os sítios arqueológicos subaquáticos. Este documento representou um verdadeiro choque às livres iniciativas aventureiras que atuavam em nosso litoral. E, que, desde então, passaram a questionar o que entendiam ser uma falta de estímulo à “pesquisa” arqueológica. Pois, se não podiam ficar com nada e nem receber recompensas pelas suas atividades, iriam trabalhar na clandestinidade. Sendo tudo isso acompanhado por um forte lobby político, até dezembro de 2000.

Enquanto isso, no universo acadêmico, somente em 1993 o Brasil entrará oficialmente no cenário internacional da Arqueologia Subaquática. E desde então, a distância conceitual entre a Arqueologia brasileira e a Arqueologia Subaquática vem diminuindo pouco a pouco. Nesses quinze anos de Arqueologia Subaquática no Brasil, muitos trabalhos foram realizados, envolvendo diferentes lugares, sítios, contextos e pessoas, e muito foi publicado e divulgado.

A criação do primeiro centro especializado, o Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS), no Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE/UNICAMP), em 2004, que reúne especialistas brasileiros como Leandro Duran, Paulo Bava de Camargo, Flávio Calippo, e o autor deste artigo, é um dos exemplos da projeção e reconhecimento desses acontecimentos; assim como o recém criado ARCHEMAR – Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar (em 2007), do Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA), que tem sede em Itaparica.

Mas em prol do patrimônio cultural subaquático, esses resultados animadores apresentados poderiam ser ainda melhores se não tivéssemos sido surpreendidos no dia 27 de dezembro de 2000, com a mudança da Lei Federal 7.542/86 pela Lei Federal 10.166/00 que, na contramão do mundo, passou a estabelecer valor de mercado e sugerir a possibilidade de comercialização do patrimônio cultural subaquático, sobretudo dos bens retirados de embarcações naufragadas, por empresas de caça ao tesouro, nacionais e estrangeiras.

Diferentemente do que acontece com os sítios arqueológicos localizados em superfície, que estão sob a jurisdição do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que só emite autorizações de pesquisas para arqueólogos devidamente qualificados, após avaliação de conteúdo de projeto e de currículos; a nova Lei permite que a Marinha brasileira emita autorização de pesquisa para não arqueólogos, e esses tenham direitos a recompensas pelas atividades de resgate desenvolvidas. Ou seja, contradiz a Constituição Federal de 1988, a legislação de proteção patrimonial e não exige os critérios arqueológicos científicos consagrados no Século XX pela Arqueologia para a exploração do sítio, confundindo resgate de objetos do fundo do mar com Arqueologia Subaquática.

Usos sem abusos

Reforçando o que foi apresentado anteriormente, as diferenças existentes entre a pesquisa de um sítio arqueológico submerso e a pesquisa de um sítio arqueológico localizado em superfície não justificam a necessidade de se falar em uma nova disciplina, apenas exigem adaptações de métodos e técnicas arqueológicos ao ambiente aquático (Rambelli 2002).

São as características físicas inerentes ao ambiente aquático, seja ele oceânico, marítimo, ou de águas interiores, como: densidade, óptica,

térmica, acústica; que definem os equipamentos necessários para uma pesquisa arqueológica subaquática. Elas variam de sítio arqueológico para sítio arqueológico, e ajudam no discernimento do pesquisador para o emprego de tecnologia e técnicas apropriadas (Rambelli 2003).

O arcabouço metodológico faz parte do objetivo principal da pesquisa, e carrega em si toda a discussão conceitual apresentada neste texto, porque nenhum arqueólogo estuda um sítio arqueológico só por estudar, e muito menos escava por escavar, como insistem alguns mergulhadores. O arqueólogo tem que ter muito claro o que pretende com sua pesquisa. Quais as contribuições que ela pode propiciar à sociedade; o porquê da escolha daquele(s) sítio(s) ao invés de outro(s). Tal escolha pode representar um determinado período histórico, ou uma problematização sobre um determinado tema, entre outras possibilidades.

Uma vez definido o que se pretende com a intervenção, deve-se buscar respostas no trabalho de campo, e para isso, definir os melhores métodos e técnicas, de preferência os menos impactantes, para garantir da melhor forma possível, a integridade do sítio arqueológico. Porque o mesmo sítio poderá propor novas dúvidas ao pesquisador e também, ser objeto de outros estudos, com outros objetivos.

Vale dizer que toda vez que uma camada de sedimento que recobre um sítio arqueológico submerso é removida, representa uma ameaça de destruição ao próprio sítio, pois o risco de estrago dos artefatos ou estruturas que estavam protegidas por aquele sedimento é enorme. Assim, além do rigor no registro sistemático, há de se pensar também na logística de preservação do que foi evidenciado. Logo, tudo isso deve fazer parte do projeto de pesquisa.

Além dessas questões práticas, existem as diferentes correntes teóricas – as Teorias Arqueológicas –, com origens na Filosofia, utilizadas como diretrizes na própria concepção do arqueólogo, enquanto

indivíduo de seu tempo, nas problematizações e nas interpretações sobre as informações processadas em campo (Funari 2003).

Para exemplificarmos um pouco da dimensão de abordagens e possibilidades sobre um sítio arqueológico de naufrágio para os arqueólogos, podemos dizer que representa um sistema complexo que, como qualquer representação da sociedade, envolve desigualdades, contradições e conflitos sociais. Seja a embarcação entendida como designação comum a toda construção destinada a navegar sobre a água – artefato flutuante; ou a embarcação enquanto a maior expressão histórica dos fluxos de trocas; ou a embarcação enquanto estrutura de poder; ou a embarcação enquanto representação flutuante das relações sociais; ou a embarcação enquanto paisagem humana móvel; ou ainda, a embarcação enquanto símbolo de identidade sócio-histórica regional, nacional e internacional (Rambelli 2003: 83).

São reflexões como essas que não podem ser ignoradas pelo pesquisador no momento das definições dos objetivos e das justificativas de seu projeto de pesquisa, bem como na escolha da própria metodologia.

Os restos de uma embarcação depositados no fundo do mar, com partes enterradas e outras expostas, podem, muitas vezes, representar algo que deixou de existir de repente, um momento interrompido no instante do acidente. Podem significar os restos materiais de um momento social congelado em plena existência. Por isso muitas vezes os arqueólogos enaltecem a referência a esses sítios como sendo cápsulas do tempo.

Mas é preciso chamar a atenção para o fato de que existe certo perigo conceitual na metáfora de cápsula do tempo para esse tipo de sítio arqueológico, porque não é uma regra. Tudo depende do seu próprio naufrágio, do processo de formação e de sua conservação. Dependendo da hidrodinâmica do local do incidente, por exemplo, seus restos podem se espalhar por centenas de metros ou até mesmo por quilômetros, de modo que, parte do material arqueológico pertinente ao contexto da

destruição da embarcação pode não estar concentrada próxima à estrutura principal do sítio (Muckelroy 1978; Gould 1997; Conlin & Murphy 2002; Rambelli 2003). Possibilidade que enaltece a importância e a pertinência do contexto arqueológico, pois só através dele, e de seu estudo sistemático, é que é possível poder entender melhor o que se passou e como o sítio se formou. Dependendo da situação pode, inclusive, haver restos de naufrágios que se sobrepõem. Daí, mais uma vez, a crítica para as atividades que visam unicamente à retirada de objetos dos sítios, de seus contextos, porque se servem para ilustrar alguma coisa, prejudicam a interpretação e a produção do discurso arqueológico sobre o sítio.

Com tantas possibilidades para o uso social desse patrimônio, é difícil imaginarmos o quanto de informações únicas e não renováveis se perderam para sempre dos sítios arqueológicos de naufrágios explorados no litoral brasileiro, pelo abuso. Insistir no conceito superficial de Arqueologia Subaquática como resgate de objetos para ilustrar museus é, no mínimo, leviano.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar o patrimônio cultural subaquático, mostrando como pensam os arqueólogos, e todas as dificuldades que envolvem essa temática, principalmente, no Brasil. Contribuindo assim, com a divulgação dessa jovem especialização da Arqueologia, e com a construção de uma opinião pública do cidadão brasileiro acerca de um grande problema que lhe diz respeito e responsabilidades sobre o futuro do patrimônio cultural subaquático.

Como a ciência positiva ajudou na desconstrução de muitos dos mitos sobre o fundo do mar e mergulhar deixou de ser algo excepcional, quebrando o monopólio dos aventureiros, as visitas orientadas em sítios arqueológicos submersos, por meio do Turismo cultural subaquático,

devem ser incentivadas como formas de educar e conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância desses bens culturais para nossa História e para a História da Humanidade (Rambelli 2006; 2007).

A única restrição para essas visitas está na possibilidade de elas representarem ameaça à integridade dos sítios. Fora isso, o turismo representa uma das melhores ferramentas de educação patrimonial. O texto da Convenção da UNESCO, de 2001, diz abertamente que:

O acesso responsável e não destrutivo para observar ou documentar *in situ* o patrimônio cultural subaquático deverá ser encorajado de modo a estimular a sensibilização do público, o gosto pelo patrimônio e a sua salvaguarda, exceto quando este acesso é incompatível com a sua proteção e gestão (2001: 4).

A Convenção da UNESCO, de 2001, além de recomendar o uso social desse patrimônio, também sugere urgência no final da Era dos resgates e da recuperação dos objetos de apelo estéticos, desprovidos de contextos arqueológicos, para serem expostos em museus públicos ou privados, ou comercializados. Ela esboça uma nova tendência, sobretudo ética, de consenso internacional, para a abordagem responsável desse patrimônio cultural pela Arqueologia. De forma que, novas diretrizes às pesquisas arqueológicas subaquáticas são lançadas, fazendo com que os arqueólogos retirem muito conhecimento e informação dos sítios pesquisados, mas o mínimo de materiais possível, contemplando, assim, outro compromisso social com as gerações futuras.

O caráter público da pesquisa arqueológica: a Arqueologia Pública, e seu engajamento com as diferentes comunidades e com as políticas públicas devem fazer parte dessas iniciativas em prol do patrimônio cultural subaquático. Estimulando o seu uso social.

Segundo Funari, não há pesquisa, nem mesmo pré-histórica, que esteja fora dos interesses da sociedade e a Arqueologia pode ser

profundamente humanista, particularmente relevante para uma sociedade multicultural, sempre que atue com a comunidade. Nesse caso, o engajamento do intelectual não lhe subtrai qualquer conhecimento, pois ‘conhecer’ é ‘saber com’ os outros. Tornar-se arqueólogo inclui, assim, saber que não há trabalho arqueológico que não implique em patrimônio e em socialização do patrimônio e do conhecimento (2003: 109).

Assim, o patrimônio cultural subaquático requer uma aproximação entre Arqueologia e sociedade, para exigirem intervenções adequadas. Caso contrário, os sítios e suas informações desaparecerão para sempre, literalmente debaixo de nossos olhos.

Agradecimentos

Agradeço a Margarida Maria de Carvalho e aos companheiros de batalha em prol do patrimônio cultural subaquático: Pedro Paulo Abreu Funari; Paulo Bava de Camargo; Flávio Calippo; Leandro Duran; Randal Fonseca; Glória Tega; Ricardo Guimarães; Carlos Rios; Rodrigo Torres; André Lima; Carlos Caroso; Inês Virgínia Prado Soares, Maria Cristina Scatamacchia e Armando de Senna Bittencourt. Agradeço ainda ao Departamento de Antropologia da FFCH/UFBA, ao CEANS/NEE/UNICAMP e ao ICUCH/ICOMOS. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

Bibliografia

- BASS, G. F. Arqueologia subaquática. Lisboa: Verbo, 1969.
- BAVA-DE-CAMARGO, P. F. Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BLOT, J-Y. O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na Arqueologia do mundo náutico. Al-Madan, Almada, Centro de Arqueologia, Série 2, n. 8, p. 41-55, out. 1999.

CALIPPO, F. R. Os sambaquis submersos de Cananéia, SP. Um estudo de caso de Arqueologia subaquática. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CASTRO, F. V. Caçadores de tesouros: proposta de uma taxonomia. Revista Eletrônica História e-História. Disponível em www.historiaehistoria.com.br. Acesso em 26/01/2005.

CONLIN, D. L. & MURPHY, L. E. Shipwrecks. In: ORSER JR., CHARLES E. (Ed.). Encyclopedia of historical archaeology. London: Routledge, 2002, p. 500-501.

La Convención de la UNESCO sobre la Protección del Patrimonio Cultural Subacuático. UNESCO, 2001.

COURBIN, A. O território do vazio: a praia e o imaginário Ocidental. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DIEGUES, A. C. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURAN, L. D. Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREITAS, J. G. de. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. Revista de Gestão Costeira Integrada, 2007. 7 (2): 105-115

2007. Disponível em http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci7f2_3_gaspardefreitas.pdf
- FUNARI, P. P. A. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: Fontes Históricas. PINSKY, C. B. (org.). São Paulo: Contexto, 2005, p. 82-110.
- GOULD, R. A. Contextual relationships. In: DELGADO, J. P. (Ed.). Encyclopaedia of underwater and maritime archaeology. London: British Museum, 1997. p. 108-10.
- HOFFMANN, G. Mundos submergidos: una historia de la arqueología submarina. Trad. Jesús Ruiz. Barcelona: Planeta, 1987.
- Livro Amarelo: Manifesto Pró-Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro. Campinas: Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS), do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE/UNICAMP), 2004. Disponível em www.historiaehistoria.com.br.
- MARTIN, C. L'archéologie en milieu subaquatique. In: La Salvagarde du patrimoine subaquatique. Paris: UNESCO, 1980, p. 17-78.
- MUCKELROY, K. Maritime archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- RAMBELLI, G. Arqueologia até debaixo d'água. São Paulo: Maranta, 2002.
- _____. O futuro do passado ameaçado. Revista Eletrônica História e-História. Disponível em www.historiaehistoria.com.br. 2004b, acesso em 09/08/2008.
- _____. Os desafios da Arqueologia Subaquática no Brasil. Revista Eletrônica História e-História. Disponível em www.historiaehistoria.com.br. 2004a, acesso em 01/08/2008.

- _____. Preservação sob as ondas: a proteção do patrimônio subaquático no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio Arqueológico: o desafio da sua preservação*. LIMA, TÂNIA ANDRADE (org.). Rio de Janeiro: IPHAN, n. 32, 2007, pp. 136-51.
- _____. Reflexões sobre o patrimônio cultural subaquático e a Arqueologia. In: *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. LIMA FILHO, MANUEL FERREIRA & BEZERRA, MARCIA (orgs.). Goiânia: Alternativa, 2006, pp. 153-69.
- _____. Arqueologia subaquática do baixo vale do Ribeira. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2003.
- _____. A Arqueologia subaquática e sua aplicação à Arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1998.
- _____. Between the social use and commercial abuse: the perceptions of the cultural underwater heritage in Brazil. *História*, v. 27, n. 2, 2008, pp. 49-74.
- RAMBELLI, G. & FUNARI, P. P. A. Los desafíos del patrimonio arqueológico subacuático en Brasil: pensamientos varios. *Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*. Universidad del Norte, 2007 (14 p.). Disponível em: http://www.uninorte.edu.co/publicaciones/memorias/memorias_7/articulos/rambellifunari.pdf.

PRIMEIRA VERSÃO

Títulos Publicados

80. Shiguenoli Miyamoto. *Perspectivas do estudo das relações internacionais no Brasil.*
81. João Quartim de Moraes. *Erasmus e Lutero: teologia e reforma do cristianismo.*
82. Shiguenoli Miyamoto. *O idealismo e a paz mundial.*
83. Reginaldo C. C. de Moraes. *Economia, política e ideologias. Notas sobre neoliberais, keynesianos e cepalinos.*
84. Octavio Ianni. *Língua e sociedade.*
85. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Situações. Conjuntura, Empresários/Trabalhadores e Alca.*
86. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas.*
88. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Desencontros: o Brasil e o mundo no limiar dos anos 80.*
89. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança regional no contexto do Mercosul.*
91. Shiguenoli Miyamoto. *A política de defesa brasileira e a segurança regional.*
92. Pedro Paulo A. Funari & Nanci Vieira Oliveira, *Arqueologia em Mato Grosso.*
93. Shiguenoli Miyamoto. *O Brasil e as negociações multilaterais.*
95. Shiguenoli Miyamoto. *Cooperação, competição e integração regionais: o difícil entendimento.*
96. Maria Lygia Quartim, *Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile.*
97. Shiguenoli Miyamoto. *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação.*
99. Shiguenoli Miyamoto. *O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum.*
101. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *O pequeno século XX: o Estado, o mercado e o et cetera.*
102. Shiguenoli Miyamoto. *Geopolítica do Brasil: algumas considerações.*
103. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico.*
104. Caio Navarro de Toledo. *Universidade, intelectuais e pensamento crítico.*
105. Tom Dwyer (org.), Maria Hermínia Tavares de Almeida, Juarez Lopes Brandão e Roberto Cardoso de Oliveira. *As origens do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais e as perspectivas para o futuro – um encontro com alguns fundadores.*
106. Cátia Aida Silva. *Acesso à justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil Contemporâneo.*
107. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Teoria e História. Notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North.*
108. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Organizações internacionais e reformas neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual.*
109. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Dois estudos sobre cidadania.*
110. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, Juliana do Couto Ghisolfi e Maitá de Paula e Silva: *Universidade no Brasil, 2002 – problemas & dilemas.*

111. Shiguenoli Miyamoto. *O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas.*
112. Lucas Angioni. *O problema da compatibilidade entre a teoria da ciência e as ciências naturais em Aristóteles.*
113. Octavio Ianni. *Sociologia do terrorismo.*
114. Guita Grin Debert. *Arenas de conflitos éticos nas delegacias especiais de polícia.*
115. Tom Dwyer (org.), Maria Lígia de Oliveira Barbosa, Ricardo Abramovay, Leila da Costa Ferreira, Rita de Cássia Lahoz Morelli e Rachel Meneguello. *O ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais.*
116. Adriana Piscitelli. *Delegacias especiais de polícia em contexto: reflexões a partir do caso de Salvador (Bahia).*
117. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século.*
118. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Berle & Means, de 1932 a 2002: a ordem política do capitalismo corporativo.*
119. Shiguenoli Miyamoto e Patrícia Nasser de Carvalho. *A ONU e a paz mundial: alcances e limites.*
121. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Feminismo, movimentos de mulheres e a re(construção) da democracia em três países da América Latina.*
122. Shiguenoli Miyamoto e Paulo César Manduca. *Segurança hemisférica: uma agenda inconclusa.*
123. Armando Boito Jr. *Classe média e sindicalismo.*
124. Izabel A. Marson. *Política e memória em Um Estadista do Império.*
125. Octavio Ianni. *Enigmas do pensamento latinoamericano.*
126. Eliane Moura da Silva. *Repensando o fanatismo religioso: representações, conceitos práticas contemporâneas.*
127. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Algo de novo na América Latina?*
128. Alessandro André Leme. *Estado e energia: conjunturas e conjecturas acerca do setor elétrico brasileiro.*
129. José Carlos Pinto de Oliveira. *Quine e o projeto de uma ciência cognitiva.*
130. Alessandro André Leme. *Reformas do Estado: o caso do setor elétrico na Argentina e no México.*
131. Amneris Maroni. *Busca e mistério.*
132. Maria Filomena Gregori. *Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições.*
133. Duarcides Ferreira Mariosa. *Florestan Fernandes e os Tupinambá.*
135. Alessandro André Leme. *Privatização e energia elétrica: debate preliminar sobre a reestruturação do setor elétrico e a crise de racionamento de energia.*
136. Álvaro Bianchi. *O Laboratório de Gramsci.*

137. Shiguenoli Miyamoto e Juliana Santos Maia Bertazzo. *A Política das Forças Armadas: Conflitos e Institucionalização do Regime Militar.*
138. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn e a Revolução Historiográfica na Ciência e na Arte.*
139. Shiguenoli Miyamoto e Alessandro Shimabukuro. *Política e Estratégia no Brasil Contemporâneo.*
140. João Quartim de Moraes. *Cinco Poetas Vermelhos na Linha de Fogo.*
141. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn, Koyré e a "nova historiografia" da ciência.*
142. Shiguenoli Miyamoto. *Amazônia: Meio Ambiente, Fronteiras e Segurança.*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
13081-970 – Campinas – São Paulo – Brasil

Tel.: Publicações (19) 35211603 – Livraria 35211604
Telefax.: (0XX 19) 35210121
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
pub_ifch@unicamp.br